



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

A T A nº 06/2023

Aos vinte e um de junho de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal do Seixal, na sua **3ª Sessão Ordinária de 2023**, nas instalações dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, presidida por Alfredo José Monteiro da Costa e secretariada pelo 1º Secretário, Américo Augusto de Oliveira da Costa, e pela 2ª secretária, Vanda Patrícia Machado Correia Carvalho, com a seguinte Ordem de Trabalhos, divulgada pelo edital nº 19/2023, de 16 de junho.

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

III.1. Ata nº 03/2023 – 2ª Sessão Extraordinária, de 13 de março de 2023. Aprovação.

III.2. Informação sobre requerimentos de eleitos da Assembleia Municipal.

III.3. Informação sobre o trabalho em curso das Comissões da Assembleia Municipal.

III.4. Informação: Recurso da decisão judicial sobre a Providência Cautelar interposta pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.

III.5. Novo Regimento da Assembleia Municipal para o XIII Mandato 2021/2025. Aprovação.

III.6. Apreciação de informação da Câmara, sobre a atividade desta, nos termos e para efeitos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

III.7. Apreciação de informação do Presidente da Câmara, sobre a atividade do município e situação financeira do mesmo, nos termos e para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

III.8. 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento em vigor para o ano de 2023. Aprovação.

III.9. Delegação contratual de competências nas Juntas de Freguesia. Reforço dos meios financeiros do contrato interadministrativo celebrado com a União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires. Aprovação.

III.10. Delegação contratual de competências nas Juntas de Freguesia. Reforço dos meios financeiros do contrato interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia de Amora. Aprovação.

III.11. Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas de Vale de Milhaços. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

III.12. Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas de Pinhal de Frades. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

III.13. Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas Nun' Álvares. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

III.14. Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas Dr. António Augusto Louro. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

III.15. Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas Pedro Eanes Lobato. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

- III.16.** Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas João de Barros. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.
- III.17.** Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas Terras de Larus. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.
- III.18.** Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas Paulo da Gama. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.
- III.19.** Delegação de competências do Município do Seixal para a Escola Secundária Alfredo do Reis Silveira. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.
- III.20.** Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas Dr. José Afonso. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.
- III.21.** Delegação de competências do Município do Seixal para a Escola Secundária Manuel Carga-leiro. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.
- III.22.** Protocolos de Cooperação. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI). Alteração à deliberação n.º 124/2023-CMS, de 20 de abril. Aprovação.
- III.23.** Minuta de Ata. Aprovação.

Estiveram presentes, para além dos membros da Mesa:

Da CDU: Armando da Costa Farias, Carlos Alberto de Sousa Pereira, Fernando Júlio da Silva e Sousa, Manuel António Rosado Janeiro, Manuel Francisco Guerreiro, Maria João Fortes de Matos Louro, Maria Manuela Palmeiro Calado, Maria Odete Jesus Filipe, Nuno Filipe Oliveira Graça e Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa.

Do PS: Ana Maria Ferreira Jorge, Diamantino dos Santos Moreira, Fátima Aidil Soares de Carvalho, Isabel da Conceição Abreu Rebouta Antas, João Digo Fernandes Leal, Joaquim Gomes Carvalho Cabral, Pedro Miguel Pereira dos Santos, Rui Miguel Santos Brás, Samuel Pedro da Silva Cruz, Sérgio Miguel Carreiro Ramalhete, e Tomás Baptista Costa dos Santos.

Do PSD: David Miguel Martins, Maria Luísa Marques da Gama e Rui Miguel Lança Belchior Pereira.

Do BE: Isabel Maria Filipe da Cruz e Vítor Manuel Cavalinhos.

Independente: Henrique Martins Rodrigues.

Do PAN: Fábio Miguel Pimenta Marques.

Estiveram ainda presentes os Presidentes das Juntas de Freguesia de Amora e Fernão Ferro, respetivamente, Manuel Ferreira Araújo e Rui Miguel Pereira Santos. Orlando Manuel Arsénio Ribeiro em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Corroios e Manuel António de Carvalho em substituição da Presidente da União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires.

Para além do Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Paulo Alexandre da Conceição Silva, estiveram presentes os seguintes Vereadores: Joaquim Carlos Coelho Tavares, Bruno Filipe Ventura Santos, Eduardo Manuel Rodrigues, Tânia da Gama Franco, Elisabete Manuela Pereira Adrião, Susana Ermelinda Santos, Bruno Miguel Machado Vasconcelos e Henrique José Livreiro Viçoso Freire.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

A Sessão teve início cerca das 20:43.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Hoje trata-se da terceira sessão ordinária de 2023. Pedidos de substituição, da CDU Catarina Teixeira por Manuel Janeiro em virtude de Hernâni Magalhães ter pedido a sua substituição, do PS José Galdes por Diamantino Moreira, Telma Lima por Pedro Santos em virtude de Anabela Gomes ter pedido a sua substituição, do PAN Ana Brás da Silva por Fábio Marques e substituições dos Presidentes de Junta de Freguesia de Corroios que é substituído pelo tesoureiro daquela Junta, Orlando Ribeiro, a Presidente da União de Freguesias do Seixal, Arrentela e Paio Pires é substituída pelo tesoureiro daquela Junta, Manuel António Carvalho. Nuno Capucha do Chega e a Independente Soraia Rosário, informaram que não podem comparecer à sessão, justificando a falta. Passamos para o primeiro, período aberto à população, com o registo da inscrição do Sr. Mário Rui Magalhães Bragança. Tem a palavra, se faz favor.”

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

Mário Bragança disse: “O meu nome é Rui Bragança. O que me traz aqui hoje é uma situação que, normalmente, é bastante simples, é um pedido que eu efetuei junto desta Câmara no passado dia 28 de 2023 de uma simples certidão de número de polícia a qual se tem vindo a desenrolar em inúmeros contactos... eu depois posso facultar isto para não estar aqui a alongar o meu discurso, que não é isso que se pretende, porque tenho aqui contactos desde dia 24/03 que antecedem o pedido desta certidão que está paga e depois vários contactos, que tentei ligar para o departamento de urbanismo e mobilidade por várias vezes e, a maior parte das vezes, nesse departamento ninguém atende. Após essa situação em vários contactos resumindo aqui o que tenho a dizer no dia 07/04 e após já muitas chamadas para esse departamento, foi-me informado que o meu pedido se encontrava na mão do Sr. Ricardo Chanoca - Perdoem-me se há aqui algum erro em relação aos nomes, é o que me foi dito telefonicamente - que ele nesse momento não se encontrava em funções mas que, posteriormente, iria dar seguimento ao meu pedido. Como disse é um pedido simples de certidão de número de polícia. Não sei se sabem o que é? É uma situação urbanística onde se pretende a referência à alteração de uma rua que tem lotes e passa a números, ou mesmo da própria rua, do nome da própria rua, portanto, é uma coisa relativamente fácil, não é? É uma consulta aos registos, passar a informação para uma folha e entregar isso ao município ou a quem fizer esse pedido. Continuando aqui a minha exposição, no dia 19/04 – atenção que o meu pedido é de dia 28/03 - a D. Zélia encaminha-me para uma senhora que é a D. Isabel dos Santos que me informa que o processo chegou às suas mãos naquele dia. Ou seja, estamos aqui a falar de um período de tempo razoável e que a partir dessa altura tinha sido despachado para o diretor de departamento, o Sr. José Charneira - perdoem-me aqui também se os nomes estão errados - onde seriam prestados os meus esclarecimentos, ou seja, o que eu pedia, a certidão número de polícia - volto a referir. Na altura informou-me que eu não tinha pago uma taxa de envio. Também essa taxa foi paga na altura, tenho os comprovativos, tenho os anexos, posso deixar à Assembleia para depois analisarem mais pormenorizadamente, se assim entenderem e avançando aqui um bocado no tema, depois de uma série de contactos foi-me dito no dia... deixem-me só ver aqui, desculpem-me... no dia 24/04 volto a solicitar à D. Isabel – que é a



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

tal pessoa que tinha o processo - com o conhecimento do Sr. Pedro Dias - penso que é o chefe do departamento - onde incluo novamente a certidão predial, a caderneta predial e o pedido inicial, onde esclareço o que é que com aquela certidão se pretendia. Não houve qualquer resposta a vários e-mails que eu emiti. Ah! Uma coisa que me esqueci de dizer. O que me obriga a vir aqui é que não há nesta Câmara um livro de reclamações online. Há um botão na internet onde se podem fazer sugestões. Nada mais. Eu cheguei a enviar e-mails para todos os departamentos desta Câmara que estão expostos no site da Câmara, mas também ninguém se dignou a responder, ou poucas foram as pessoas que se dignaram a responder, dizendo apenas que não era do departamento deles essa responsabilidade, o que é normal. Avançando aqui para dia 16/05 o Sr. Pedro Dias - que é o chefe do departamento - manda-me um e-mail a informar que o pedido estava em análise pelo Sr. Diretor do departamento e que, posteriormente, ia ser informado da decisão do mesmo. Estamos aqui a falar de 16/05 e eu volto a recordar que o pedido é de 28/03 e ainda não tenho nada! Dia 23/05 remeto um e-mail ao Sr. Pedro Dias a perguntar se, sendo que o último e-mail é 16/05, ainda não havia nenhuma resposta? O que acontece é que eu venho a receber uma resposta dia 27/05, depois de ter informado que viria aqui a esta Assembleia apresentar este caso, que acho lamentável um documento... eu ter que me deslocar de Lisboa aqui para vir fazer uma reclamação de uma situação que é... em qualquer outra Câmara 3 / 4 dias está resolvida e nessa altura, dia 27/05 recebo um e-mail a informar-me... que vem com a informação do Sr. José Charneira, que eu tenho de procurar aqui só um minuto... onde o Sr. José Charneira, depois de me ter enviado uma certidão que é uma... é um... sei lá... não é uma licença de localização... como é que eu hei de dizer? É um mapa a certificar que o que eu tinha identificado na planta de localização correspondia à morada que eu referia, ou seja, em qualquer Google deste país consegue ver isto, uma criança de oito anos consegue ver isto. Não é isto que está no pedido inicial. No pedido inicial - nas observações - eu especifico claramente: “ Pretende-se comprovativo da alteração da morada, dos números, para fins de recebimento de rendas caucionadas.” Isto é o objetivo para que se pretende isto, para que se possa entregar na Conservatória do Registo Predial e atualizar as moradas ali existentes, portanto, acho que não há dúvidas nenhuma aqui do que é que é para fazer. A resposta do Sr. José Charneira é: “ Relativamente ao assunto em epígrafe... ” e passo a citar: “ Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se que não certificamos informações de outras entidades, especialmente quando não é garantida a correspondência da informação, pelo que não é possível incluir na certidão o pretendido, designadamente a referência ao número de registo na Conservatória e ao artigo matricial.”, ou seja, este senhor que é o chefe de um departamento urbanístico, acha que eu vou chegar a uma Conservatória de um Registo Predial com uma planta de uma parte de Portugal a dizer que corresponde àquela morada e que eles me vão alterar a morada do sítio de onde eu bem entender! Isto penso que é revelador de um bocadinho de incompetência, tanto da parte do diretor, como quem está para trás dele. Espero que alguém aqui se digne a pegar neste caso e a ajudar-me a resolver a situação. Eu sou mediador imobiliário, estou aqui a representar uma cliente minha que tem 92 anos, tem duas vivendas na vossa localidade e tem 25.000 euros caucionados na Caixa Geral de Depósitos porque a morada



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

que a Caixa Geral de Depósitos tem no contrato inicial é antiga. E não lhe... e recusam-se a pagar-lhe o dinheiro porque esta Câmara, no espaço de 85 dias, não conseguiu emitir uma certidão de número de polícia. Muito obrigado a todos e peço desculpa por este bocadinho que vos tirei do vosso tempo.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sr. vice-Presidente da Câmara, tem a palavra.”

O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse: “As questões que o senhor colocou e a descrição que fez correspondem a uma resposta que, no seu entender, não está conforme com o solicitado, portanto, nós visto que está respondido pelos serviços, iremos ver com respetivo departamento e depois entrar em contacto com o senhor no sentido de dar o esclarecimento nos termos em que nos solicita. Disse, Sr. Presidente.”

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o ponto seguinte da ordem de trabalhos que é o período de antes da ordem do dia. Temos um conjunto de 13 documentos. Primeiro é um voto pesar da CDU sobre António Pires de Matos e tem a palavra Manuel Araújo.”

II.1. O Grupo Municipal da CDU apresentou um “Voto de Pesar – António Pires de Matos”, subscrita por Manuel Araújo.

(Documento anexo à ata com o número 1).

O Presidente da Junta de Freguesia de Amora, Manuel Araújo disse: “O voto de pesar de António Pires de Matos, uma figura sobejamente conhecida neste Concelho não vou ler o voto na íntegra, julgo que vos foi distribuído, mas dizer que, de facto, o António Matos, era uma pessoa muito ligada ao movimento associativo. Foi Autarca, foi comandante dos bombeiros e também Presidente da direção dos bombeiros do Seixal e só por isso merece que esta Assembleia lhe preste a devida homenagem, portanto, através deste voto de pesar. Acrescento ainda dois pontos que por esquecimento passou-me e não acrescentei no final e que é habitual e mais do que justificado e merecido no caso do António Pires de Matos. Acrescento, portanto, o ponto de propor o nome de António Pires de Matos para uma artéria do Município, e guardarmos um minuto de silêncio em sua memória.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Bem, portanto, é aqui completada a proposta com a atribuição de toponímia e um minuto de silêncio. Como não há pedidos para intervenção, vamos colocar à votação.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 49/XIII/2023 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e três (33) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 10
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Procedeu-se a um minuto de silêncio.



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o segundo documento, que é do PS, uma recomendação para a criação de um Regulamento Municipal de Toponímia e numeração de polícia do Concelho do Seixal. Tem a palavra Joaquim Cabral.”

II.2. O Grupo Municipal do PS apresentou uma “Recomendação para a criação de um regulamento municipal de toponímia e numeração de polícia do concelho do Seixal”, subscrita por Joaquim Cabral.

(Documento anexo à ata com o número 2).

Joaquim Cabral do PS disse: “A recomendação para a criação do Regulamento Municipal de toponímia e numeração de polícia do Concelho do Seixal.” A lei 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas na lei número 5 A de 2002 de 11 de janeiro estabelece o quadro de competências das Autarquias locais e atribui a denominação das ruas e praças das povoações e estabelece as regras de numeração dos edifícios. A toponímia na definição etimológica consubstancia o estudo histórico e linguístico dos nomes próprios dos lugares, traduzindo uma forma de identificação, orientação, comunicação e localização dos imóveis urbanos, assim como uma referência de localidades e sítios. Os nomes das localidades e também os das vias de comunicação estão intimamente ligados e associados a valores culturais das populações, refletindo e perpetuando não só a relevância histórica de factos, dos eventos, dos lugares como também contribuem para a memorização das personalidades. Na tradução e consolidação da identidade cultural dos agregados populacionais reúnem valores simbólicos que transmitem a cultura das nossas gentes constituindo também o fator de valorização do património histórico e cultural e, por isso, assim a escolha atribuição e alteração de topónimos deve gerir-se por critério de rigor, isenção e coerência. Para além da sua função cultural a toponímia, a par da numeração de polícia, representa um eficiente sistema de referência geográfica necessária à gestão do território, por isso as designações toponímicas devem ser estáveis às simples mudanças de conjunturas, não devendo ser influenciadas por critérios subjetivos ou fatores de circunstância. No Concelho do Seixal verifica-se um afunilamento das escolhas por meros critérios ideológicos do PCP e sem que isso reflita em nada as tradições locais o que, para além do mais, dificulta muita vez a vida dos munícipes criando confusões desnecessárias aos agentes de autoridade, aos bombeiros, aos correios, a todos os serviços que necessitam de uma morada como o fator de geolocalização preciso. A título de exemplo, Bento Jesus Caraça, que não consta que tenha tido qualquer ligação com o município, mas foi secretário geral do PCP, tem 4 arruamentos com o seu nome, 2 na Freguesia de Corroios. Já Eusébio da Silva Ferreira a quem esta Assembleia Municipal deliberou por unanimidade atribuir o nome de um arruamento aquando da sua morte, continua sem figurar na toponímia local. Assim, a Assembleia Municipal de Seixal reunida em 21 de junho de 2023, recomenda à Câmara Municipal do Seixal que elabore o Regulamento de Toponímia, que o mesmo inclua uma comissão com representação de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, cujo parecer seja obrigatório, com o objetivo da criação de um conjunto de regras essenciais à uniformização e democratização de toponímia local.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sobre este ponto, têm a palavra, Armando Farias, Vítor Cavalinhos e Samuel Cruz.”

Armando Farias da CDU disse: “Duas ou três notas muito rápidas. Naturalmente que há os serviços que têm regulamentos para esta matéria. O que se trata não é disso. O que se trata é que os senhores querem... entendem que fazer uma seleção de nomes em relação a quem merece figurar, ser reconhecido, com nomes de ruas de praças etc. Normalmente os municípios atribuem através do reconhecimento de diversos méritos, pela ação cívica, por responsabilidades que tiveram em vida, etc. Com esta posição que os senhores tomam e estão a tomar, significaria que centenas, senão milhares de nomes vocês cortavam, em todos os municípios portugueses. Em todos, vocês tiravam. Primeiro, porque a ligação, por um lado, pode ser física em relação ao concelho, mas também pode ser por reconhecimento de méritos no plano nacional. Eu lembro-me por exemplo o PSD... penso que vocês andavam atrás do PSD quando foi da campanha de 2021, até tapou o nome de um antifascista, não é? Portanto, do general... como estão lembrados, o General Humberto Delgado e queriam lá pôr o Jaime Neves. Ora, exatamente aquilo que vocês falam aqui, que é do Bento Jesus Caraça... já agora o Bento Jesus Caraça não foi Secretário-geral do PCP, o Bento Jesus Caraça foi um pedagogo muito importante – Secretário do PCP foi o Bento Gonçalves e talvez daí a confusão... tem que ler mais um bocadinho, mas qualquer deles tiveram, curiosamente, um papel importantíssimo no país e no Concelho do Seixal! Um enquanto pedagogo - o Bento Jesus Caraça – que teve intervenções, muitas intervenções, aqui desse ponto de vista da educação inclusivamente aqui no Seixal, mas também o Bento Gonçalves, que foi aqui trabalhador do Alfeite e que teve muitas intervenções no plano da mobilização antifascista também aqui no Concelho do Seixal, o que é curioso. Mas quer um, quer outro nome... se calhar vocês tinham vontade de riscar os dois, têm em todo o país nomes em escolas, em bibliotecas, em ruas, em praças e por aí fora. Portanto, convém que vocês tenham um pouco mais de ponderação sobre esta matéria porque isto não dignifica a forma como vocês apresentam. E, naturalmente, vamos votar contra. Já agora, até para melhor esclarecimento sobre o Bento de Jesus Caraça... eu até tenho aqui um artigo para oferecer ao Cabral, um artigo que escrevi em tempos, porque é importante para verem a relevância da importância deste homem no plano da educação, ainda por cima quando a educação está a ser fortemente atacada.”

Vítor Cavalinhos do BE disse: “Eu acho que quando se elaboram as moções convinha ser um bocado mais atento porque para não demonstrar alguns sinais de ignorância. De facto, o PS queria referir-se, presumo eu, a Bento Gonçalves e referiu-se ao Bento de Jesus Caraça que é um pedagogo e que é um homem com uma importância relevante na cultura portuguesa. Agora, o Bento Jesus Caraça não tem nada a ver com o Seixal segundo o que diz o Partido Socialista. E o Eusébio tem o quê? O que é que o Eusébio tem a ver com o Seixal que se torne mais relevante que o Bento de Jesus Caraça? Responderão depois. E depois tem um outro problema e este é que é o mais relevante. Com os argumentos... com estes argumentos que dizem assim: “ Por isso a designação toponímica deve ser estável às simples mudanças de conjuntura, não devendo ser influenciadas por critérios subjetivos e fatores de circunstância.” Levando à letra a vossa



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

argumentação, o Salazar continuava a ter nomes de ruas por este país fora e os representantes do fascismo e dessa... esses senhores todos continuavam na ruas de Portugal. Já agora, a Ponte 25 de abril continuava a ser Ponte Salazar. Portanto, fala-se... é claro e o Partido Socialista é isso que pensa. Então, e o que esta moção demonstra é que pensam assim e nós vamos votar contra.”

Samuel Cruz do PS disse: “Primeiro para, de facto, dizer que existe um lapso que assumimos na moção, mas o Bento Jesus Caraça era um destacado comunista à mesma e daí... acho que até reforça mais a nossa intervenção! Ou seja, o que nós... a proposta do Partido Socialista é que, dado o desfasamento que existe em relação àquilo que são os valores comunistas no toponímia do Concelho do Seixal face a tudo o resto... por exemplo, quantas ruas - ou um beco que fosse - existe com o nome de Mário Soares, ou Eanes, ou qualquer outro democrata que queiramos? Jacques Delors, fundador da Europa, etc.? Nada! Mas a desproporção em relação àquilo que são os valores comunistas é muito grande. O Eusébio, de facto, não teve nada, se calhar, a ver com o Concelho do Seixal mas tem uma moção desta Assembleia que recomenda que lhe seja dado o nome e só isso basta, porque é respeito pela democracia. E, portanto, o que está aqui é que não faz sentido. Em caso algum faz sentido... porque há um problema de fundo, haver na mesma freguesia duas ruas com o mesmo nome. Eu lembro-me quando era vereador houve duas pessoas que foram lá com este tipo de queixa e duas pessoas quase desesperadas. Uma mais grave que a outra. Um era um emigrante em França que tinha emprestado a chave de casa aqui para o patrão vir de férias e o patrão, a primeira noite dormiu na rua, porque no GPS estava uma rua ao lado. Mas outra uma situação muito mais desesperada que foi uma senhora que viu o marido enfartar e que a ambulância não conseguia chegar à rua porque nos Foros de Amora existem duas ruas paralelas praticamente com o mesmo nome. E isso é um problema. E é um problema que existe no Concelho do Seixal! Nem de propósito, hoje tivemos aqui mais problemas com toponímia. E, portanto, há aqui duas questões que levam a esta proposta. Uma é esse desfasamento. Não é só este exemplo que nós trouxemos que têm nomes repetidos. Se formos aos 25 de abril, aos primeiros de maio... são muitas, muitas, muitas. E isso não deve acontecer, por boa técnica! Por outro lado o que a gente diz não é ir só para um lado, é que haja um grupo na Assembleia Municipal com todos os partidos representados e que façam isso democraticamente. É só aquilo que nós pedimos. Mais nada.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. vice-Presidente da Câmara.”

O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse: “Portanto, esclarecimentos já foram dados e bem dados. O facto de as pessoas serem deste ou daquele partido e, neste caso, comunista não lhes pode tirar o mérito nem o reconhecimento esse é o nosso entendimento e relativamente à recomendação ela até excede aquilo que são as competências da própria Assembleia, que quer decidir como é que a comissão funciona. E, portanto, nós naturalmente as recomendações são tidas em conta na medida daquilo que é a veracidade que elas comportam. Só para informação geral, o Dr. Francisco Sá Carneiro, que também tem ruas no Concelho com o seu nome, não é militante nem foi do Partido Comunista.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Como o proponente não pretende intervir, passamos à votação.”

Rejeitada a Tomada de Posição nº 50/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Catorze (14) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 10
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezoito (18) votos contra dos seguintes membros:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2

Uma (1) abstenção do Independente Henrique Rodrigues

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto de Rui Belchior e Vítor Cavalinhos.”

Rui Belchior do PSD disse: “Bom, isto foi mais um exercício lamentável de deturpação da essência do documento e deturpação da essência do problema, porque há, de facto, um problema com a repetição excessiva de nomes. Não se trata de apagar nomes, trata-se de eliminar repetições sucessivas. E isto tem implicações todos os dias num conjunto considerável de situações. Uma... como, aliás, disse o Eleito Samuel: uma urgência, uma chamada do INEM, uma pessoa à beira... portanto, com um ataque cardíaco, etc. os bombeiros em muitas ocasiões vão para outros sítios e não é... e isso é completamente desnecessário! Portanto, nós não conseguimos compreender! O Eleito Armando Farias até veio aqui dizer que o PSD tapou o nome de um antigo antifascista, o General Humberto Delgado que, pelos vistos agora o PCP já gosta muito do Humberto Delgado! A ideia não era essa. A ideia era eliminar as repetições e criar outros nomes... já agora como o Eusébio e muitos outros que têm sido por essas Assembleias todas aprovadas e nunca... e nunca são implementados. Nunca. Aliás, como todas as outras medidas! Eu aqui até fico pasmado quando o Samuel vem... o PS vem aqui com um pedido de uma comissão, como se isto fosse viável. Eu nesse aspeto não se preocupem que eu já perdi a esperança nesse tipo de situações. Agora a nossa preocupação tem que ficar aqui sublinhada. E nós, o que para nós é essencial é a eliminação da repetições! Não se admite que haja três ou quatro ruas Ana de Castro Osório, avenidas e ruas Movimento das Forças Armadas, não sei quantos 25 de abril, não sei quantos Primeiros de Maio... isso confunde e, portanto, estamos numa era de GPS e as pessoas vão para sítios errados e causa constrangimentos graves às pessoas. Já agora para terminar. Um país com 800 e tal anos de história tem, seguramente, inúmeras personalidades que podiam preencher estas repetições. Mas neste Concelho, infelizmente, temos um país a partir do 25 de Abril.”

Vítor Cavalinhos do BE disse: “O Bloco votou contra, está explicado e explica-se em mais dois minutos. O problema não é o que está aqui... isso essa conversa não é o que está cá na moção, que nós... o Bloco de Esquerda acha que isso deve ser debatido. Se numa Freguesia existem entre três e quatro nomes com a mesma pessoa e se isso gera confusão, e eu acredito que sim, podemos discutir esse problema. Mas a moção não foi feita para isso, não está cá essa argumentação. Então



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

façam uma moção simples, “Nós propomos que se discuta a toponímia e que se trate desses problemas.” Não, não está cá nada disso. O que está cá dito é, objetivamente, eu não sou do PCP, acho que toda a gente sabe disso mas o que está aqui, objetivamente, é votar contra o PCP. Ponto, é a minha opinião, posso tê-la? Ótimo. Então, quando posso ter, tenho. Isto é atirar ao lado - e o argumento que vocês aqui não responderam - respondam lá – o que pretendem é: as ruas não são mudadas! E o que eu vos perguntei é isto: com o vosso argumento, o Salazar continuava na rua ou não? O que vocês pretendem com esta moção não é aquilo que dizem que pretendem! É que para resolver um problema desses faz-se uma coisa muito mais simples.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Deixem-me só fazer duas referências, até para reflexão. A primeira, é de que a utilização do GPS resolve as questões levantadas, porque se colocar a Avenida do MFA em Amora, não se vai ter a Corroios e os bombeiros conhecem o concelho todo. A proposta iria conduzir a uma mudança de toponímia consolidada ao longo de 50 anos. Significaria um problema gravíssimo para as pessoas que teriam que alterar os documentos todos, desde o cartão de cidadão, à Segurança Social, às Finanças e a tudo o que seja documentação, que tenha obrigatoriedade de inscrição da residência. Passamos para o documento seguinte que é do PSD contra a propaganda e a doutrinação nas escolas. Tem a palavra Rui Belchior.”

II.3. O Grupo Municipal do PSD apresentou uma Moção: “Contra a propaganda e doutrinação nas Escolas”, subscrita por Rui Belchior.

(Documento anexo à ata com o número 3).

Rui Belchior do PSD disse: “Eu acho... ou nós achamos que temos essa, digamos assim, autoridade moral. Nós normalmente não somos picuinhas, não implicamos com determinados assuntos e, aliás, quando... no dia 29 de setembro de 2022 o Partido Socialista veio aqui com uma... um voto de repúdio, na altura, sobre a doutrinação disfarçada de festa para crianças da organização “Os Pioneiros”, nós relativizámos e entendemos até que o PS estava a exagerar e ampliar uma situação que, para nós, não era assim tão significativa. Mudámos de ideias recentemente quando tivemos conhecimento que no dia 21 de março, dia mundial da árvore, cerca de 900 alunos do Concelho, das escolas do Concelho, onde se inclui, já agora, a minha filha e daí eu estar por dentro... mais por dentro do tema, foram conduzidos ao espaço da Festa do Avante, na Quinta da Atalaia, onde tiveram um conjunto de iniciativas que eu agora aqui não vale a pena descrever e onde, e esta é que é a parte que consideramos grave e completamente desnecessária e inadmissível, logo depois desta iniciativa estavam as imagens dessas crianças, das atividades dessas crianças, na página do Facebook da Festa do Avante! Pelos vistos para aqui já não há nenhum problema com os vídeos e as filmagens da imagem e os dados... a proteção de dados, etc. que tem servido para constranger outros tipos de situações que todos sabemos qual é. Mas mais, e eu não estou preocupado do meu ponto de vista particular, mas pergunto-me em relação às demais famílias e àquelas crianças até que ponto isso influenciará de hoje para o futuro o seu pensamento. Depois, no fim disto tudo, era isto que eu queria mostrar, as crianças ou foram oferecidas ou não sei se... pelo menos a minha filha chegou a casa com este objeto, uma espécie de puzzle que ainda por cima não bate certo,



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

com o epíteto: “Não há festa como esta!” Bom, se isto é doutrina, ou doutrinação, ou se é propaganda retirem as vossas conclusões, naturalmente! Que adivinho já que o eleito Armando Farias trará aqui uma tese verdadeiramente alternativa e que justificará esta situação, mas nós queremos aqui deixar claro que isto é completamente inaceitável e não admitimos. Convidamos o executivo e, já agora, a autarquia e todas as Juntas de Freguesia a inibirem-se de fazer este tipo de iniciativas, porque são redutos e terrenos que aquelas crianças jamais pisariam com certas famílias.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Para intervenções sobre este ponto tem a palavra, Armando Farias, Samuel Cruz e Vítor Cavalinhos.”

Armando Farias da CDU disse: “Vamos lá ver, uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa! A Câmara Municipal, teve conhecimento fez uma ação para assinalar o dia da árvore e do ambiente, de rearboração, acho que foi em Belverde. A Festa da Atalaia, eu acho que vocês deviam valorizar, que é pôr um espaço ao serviço da população, que é um espaço muito bonito que vocês todos deviam visitar, na Festa ou fora da Festa e, portanto, aquilo a que vocês querem chegar é a outro lado, é sempre aquela coisa de tentar silenciar pessoas, ações, atividades de um partido político. Essa aqui é a questão de fundo. E, portanto, vocês deviam estar satisfeitos pelo facto da Atalaia ser um espaço muito bom e estar ao serviço das populações e não o contrário. É apenas isto! Não vale a pena estar a dramatizar porque a gente já percebeu onde vocês querem chegar. Mas quero lembrar uma coisa, o Cavaco censurou o Saramago! Lembra-se disso, não se lembra? Para não concorrer! E hoje... hoje e não só, para trás mas também agora, o Saramago continua a ser, digamos, as provas de português continuam a ter como base livros do Saramago. Está a ver como as coisas mudam? Têm que ser mais democráticos.”

Samuel Cruz do PS disse: “Pegando aqui justamente nas últimas palavras do Armando, o que temos é que ser mais democráticos. E eu acrescentava ainda mais um dito popular que é: mais depressa se apanhou mentiroso que um coxo! É que eu ainda sou do tempo - e não foi assim há tanto tempo porque foi no mandato passado - em que os vereadores do Partido Socialista foram demitidos pelo Sr. Presidente da Câmara e, em concreto, quanto a um vereador do Partido Socialista, o Sr. Presidente da Câmara nem sequer tinha feito uma atividade e tinha filmado crianças numa escola em que aparecia a cara e não tinha autorização dos pais e que, portanto, era demitido por causa disso. Eu calculo... ou, das duas uma: ou que a Câmara tem a autorização dos 900 pais das crianças estiveram na Festa do Avante ou então que, em coerência, o Sr. Presidente da Câmara se vai demitir por causa disto.”

Vítor Cavalinhos do BE disse: “É preciso, nós queremos que... pretendemos que seja aqui esclarecida uma situação. Aliás, não temos nenhum problema com emitir as opiniões que temos, já o fizemos há bocadinho e agora, vamos emití-la sempre. A Festa... o evento foi organizado pelo PCP ou foi organizado pela Câmara Municipal do Seixal? Os jovens que lá foram, foram convidados para um evento organizado pelo PCP ou pela Câmara Municipal do Seixal? Isto é relevante. Porque se foram... é relevante e já agora, desse ponto de vista... se foram convidados para um evento organizado pelo PCP, não tem nenhum problema que apareça no lá no Facebook da Festa do



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

Avante! Se foi uma organização da Câmara Municipal do Seixal... e eu não tenho nenhum problema, eu já fui a muitas Festas do Avante, e continuo a ser do Bloco de Esquerda. Também já sou um bocadinho mais velho que uma criança. Portanto, agora o problema é... a relevância é só esta: quem é que organizou o evento, quem é que promoveu as coisas. Porque isto é um facto relevante para uma pessoa ter uma opinião clara sobre isto e para ter uma opinião... e para ter uma posição como deve ser. E isto acho que... eu pretendo, aliás, o Bloco de Esquerda pretende que isto aqui seja esclarecido.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “O Sr. vice-Presidente da Câmara Municipal tem a palavra.”

O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse: “Duas questões que gostaria de relevar. Uma é a importância que a Festa do Avante tem no Concelho do Seixal e que é revelada pela expressão que os eleitos do Partido Socialista, mas também do Partido Social Democrata, aqui trazem na apresentação deste tema, porque isso incomoda-os! Porque se realiza um grande evento por esse partido político e que tem a expressão e a capacidade de mobilização que não gostam... não gostariam que acontecesse. A outra é que esta moção tem uma virtude: está a valorizar o dia da árvore e a participação das crianças nessa comemoração. A Câmara Municipal teve um programa próprio para esse dia e a Festa do Avante, a exemplo do que já fez em outros anos, convidou as escolas para poderem participar na plantação de árvores nos terrenos da festa e, portanto, foi isso que aconteceu e o que os senhores aqui trazem é uma deturpação porque vos incomoda a realização da Festa e incomoda que se realize neste Concelho. A nós não nos incomoda nada e pensamos que é um evento e um espaço que é de todos e que aqueles que quiserem podem sempre visitá-lo, quer nos dias da Festa, quer nos outros dias.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o proponente.”

Rui Belchior do PSD disse: “Olhe, eu confesso que tenho alguma admiração por aquilo que os senhores fazem porque eu não tinha lata para fazer aquilo que vocês fazem! A forma... e depois ainda vir dizer que somos nós que deturpamos, fazemos uma deturpação, quando os senhores conseguem aqui num rasgo interminável de ironia, deturpar tudo aquilo que se pretendia com esta moção. Esta é que é a grande verdade. E eu tiro o meu chapéu, porque eu não teria lata para fazer isso. Não teria lata. Respondendo ao Vítor Cavalinhos e aos demais que queriam ver-se satisfeitos nesta interrogação. Foi enviado um papel para casa, para as crianças... foi, portanto, organizada esta festa pela Câmara Municipal e foi publicada no YouTube! Se o Vítor, como outros eleitos quiserem ver é ir ao YouTube e escreverem, está lá as imagens todas para quem quiser ver. E olhe que o vídeo ainda é bastante... ainda tem alguma extensão. E, portanto, no Facebook, na página do Facebook da Festa do Avante, consequentemente do PCP! Portanto, a resposta está desta forma satisfeita.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

Rejeitada a Tomada de Posição nº 51/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Catorze (14) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 10
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16

Três (3) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Armando Farias para declaração de voto.”

Armando Farias da CDU disse: “É só uma nota. Eu não disse há pouco mas ficam a saber o seguinte: durante o ano civil, são dezenas - se não centenas - de iniciativas que são feitas na Festa do Avante e geralmente são pedidas por organizações, na esmagadora maioria delas não têm sequer atividade nenhuma partidária, são organizações várias, organizações sociais que fazem os seus convívios, que gostam de ir à festa e ter aquele espaço público. É apenas esta informação porque vocês focaram-se apenas nesse aspeto e têm que ter uma visão mais larga da importância de pôr aquele espaço ao serviço das populações.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “ Tem a palavra, Vítor Cavalinhos.”

Vítor Cavalinhos do BE disse: “Nós... imaginemos só... imaginemos o seguinte, que aquilo que hoje estamos aqui a debater e que foi organização... por aquilo que aqui foi esclarecido foi uma organização da Câmara Municipal do Seixal mas... a Câmara Municipal do Seixal, mas as coisas parecerem claras era uma organização do PCP! Se é da Câmara Municipal do Seixal mas aparece como organização do PCP nós não estamos de acordo! Isto é tudo... a nossa posição é clara! Porque... imaginemos só... imaginemos só o seguinte: que era o PSD a fazer aquilo! Ou que era o PS a fazer. O que é que o pessoal pensava? Que estava mal. Se aquilo... esta coisa que até, aparentemente, parece que havia aqui alguma confusão, se fosse organizada por outro partido é evidente que... permitam-me a veleidade de achar que o PCP não estaria de acordo... Não tem nada a ver. O quê? mas uma pessoa põe-se a olhar... não tem nada a ver o quê? Uma pessoa está a olhar, aquilo é uma organização da Festa do Avante e do PCP, pela qual eu tenho todo o respeito, como é evidente, acho eu. Pronto, era só... e acabo por aqui. A minha declaração era só... isto cada um... cada partido sabe da sua vida mas acho que... e longe eu... eu não dou conselhos a ninguém, dou a mim próprio e, às vezes, nem sequer os sigo. Mas era perfeitamente evitável... era perfeitamente evitável uma situação destas que, objetivamente, causa incómodo! E do meu ponto de vista, pela leitura que eu faço, também causa incómodo ao PCP.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é do Bloco de Esquerda, é a moção “Dia Mundial do Refugiado”. Tem a palavra Vítor Cavalinhos.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

II.4. O Grupo Municipal do BE apresentou uma Moção: “Dia Mundial do refugiado”, subscrita por Vítor Cavalinhos.

(Documento anexo à ata com o número 4).

Vítor Cavalinhos do BE disse: “A moção, como é evidente, não a vou ler. O Dia Mundial do Refugiado foi anteontem e, portanto, eu vou só ler... a argumentação, os membros da Assembleia Municipal têm conhecimento e vou só ler a parte resolutiva que é reafirmar que a solidariedade é o princípio fundamental de uma plena integração no acolhimento de quem nos procura, fugindo à miséria da guerra. Exigir que a Europa preste todo o auxílio a pessoas refugiadas que procurem a Europa como porto seguro na procura de uma vida livre da miséria e da opressão. Manifestar um profundo pesar pelas vidas humanas perdidas no cemitério em que estamos com o Mediterrâneo e fazer um minuto de silêncio em homenagem às pessoas refugiadas que perderam a vida. Era só.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não há pedidos de intervenção, então vamos colocar à votação.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 52/XIII/2023 por unanimidade e em minuta:

Trinta e três (33) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 10
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Procedeu-se a 1 minuto de silêncio.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é uma recomendação do PAN “Pela recolha seletiva de resíduos durante as festas populares.” Tem a palavra Fábio Marques.”

II.5. O Grupo Municipal do PAN apresentou uma recomendação: “Pela recolha seletiva de resíduos durante as festas populares”, subscrita por Fábio Marques.

(Documento anexo à ata com o número 5).

Fábio Marques do PAN disse: “Se é verdade que na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma, nas festas populares quase tudo se transforma em lixo que vai parar ao aterro. Mas não tem que ser assim. As festas populares do nosso Concelho têm início no próximo dia 23 de junho, como todos sabem e estendem-se até 27 de agosto. Nestas festas é bastante comum o desperdício de alimentos não consumidos, a utilização de copos, pratos e talheres descartáveis, sacos de plástico, etc. e quase tudo é recolhido em caixotes verdes de lixo e indiferenciados, o que representa um enorme desperdício e acaba por ter um impacto ambiental bastante negativo. Cabe a todos os intervenientes, organizadores e participantes ter atitudes e comportamentos mais conscientes. Neste sentido o PAN recomenda que nas festas populares do Concelho do Seixal não esqueçamos os objetivos de desenvolvimento sustentável maioritariamente designados por ODS. À semelhança de outras festas populares por todo o país e como é exemplo bastante revelador a



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

feira de Matosinhos, da Nossa Senhora de Matosinhos, é um evento considerado evento zero, resíduos zero, emissões... e que tem o lema “Os seus resíduos podem ser a peça. Faça a separação dos seus resíduos.” A correta separação de resíduos só é possível se estiverem disponíveis ao longo das ruas onde decorrem as festas os contentores de recolha seletiva: amarelo, azul, castanho e vidro, que é o verde. A distribuição apenas de contentores verdes incita à colocação de todos os resíduos no mesmo saco. Facilita a recolha, mas gera um enorme desperdício de recursos. Ao nível do desperdício alimentar existem associações como a REFOOD que integram refeições e alimentos não consumidos a pessoas necessitadas, prevenindo o desperdício, num gesto de solidariedade. As festas populares geram muitas vezes este tipo de desperdício que acaba, invariavelmente, no contentor verde como lixo indiferenciado, com todos os prejuízos que daí decorrem. Seria ainda de esperar que em 2023 todos os operadores da área alimentar como os restaurantes, tasquinhas, bares e cafés tivessem a obrigação de separação de bio-resíduos. Devia ser uma das condições de participação e a correta eliminação dos bio-resíduos em contentores castanhos disponibilizados pela Câmara e recolhidos diariamente. Mais do que ir atrás do prejuízo da recolha de copos descartáveis, estes resíduos deviam ser evitados ou reduzidos ao máximo com estratégias como a utilização de copos reutilizáveis, com tara e que muitas vezes é utilizado em eventos musicais, como toda a gente sabe. Tal como esperamos que ninguém deite lixo fora, deite lixo para o chão, já é tempo de esperar que todas as pessoas façam a correta separação do lixo mesmo nos dias de festa. Face ao exposto, vem o Grupo Municipal do Partido Pessoas Animais e Natureza propor que a Assembleia Municipal do Seixal reunida em sessão ordinária no dia 21 de junho delibere recomendar à Câmara Municipal do Seixal colocar conjuntos de contentores amarelos, azuis, castanhos e verdes e vidro em vez de apenas colocar um contentor verde para indiferenciados, para correta separação dos resíduos durante as festas. Entregar um contentor de bio-resíduos a todos os participantes da área de restauração e bebidas, com informação breve sobre a sua utilização e recolha diária. Adoção de um sistema de copos reutilizáveis com tara e, por último, adotar medidas de redução do desperdício alimentar em parceria com associações que doam as refeições e alimentos. O grupo parlamentar do PAN.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenção sobre esta Recomendação, Armando Farias.”

Armando Farias da CDU disse: “As questões que constam da moção são questões pertinentes e nós vamos votar a favor. Mas queria acrescentar o seguinte: a Câmara tem os seus programas, quer para a higiene urbana e quer para os bio-resíduos e tem vindo a implantar e a reforçar... e acho que isto é reconhecido, incluindo, inclusive prémios que já recebeu, não só nacionais, mas internacionais, nessa área. A questão da moção em relação às deliberações está muito focada na questão agora também das festas, não é? E sobre isso a AMARSUL tem um programa específico que se chama Eco Eventos para agir em conformidade com esses eventos e eu penso que é possível a Câmara e a AMARSUL articularem no sentido de procurar reforçar. Entendemos a moção como um reforço dessa preocupação e sobre isso estamos de acordo.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse: “Vou pedir ao Sr. Vereador Bruno Santos para transmitir o entendimento da Câmara.”

O Vereador Bruno Santos disse: “Em relação a esta matéria também acompanhamos muito daquilo que é aqui colocado nesta moção e acho que é um caminho que todos temos que percorrer deste ponto de vista, até estivemos... nalguns aspetos conseguimos alguns avanços nesta matéria que, infelizmente, fruto até das questões relacionadas com a pandemia, houve um retrocesso até do ponto de vista da organização das iniciativas, dos eventos, em que já tudo ia um pouco neste caminho. Estamos agora a recuperar também e eu acho que é não só para as questões das festas populares, mas também para todo o tipo de iniciativas, que haja também um ponto de vista de uma avaliação prévia do tipo de resíduos que muitas das vezes se produzem nas mesmas, de maneira a que se possam aproveitar da melhor maneira possível. E nesse sentido, neste caso em concreto das festas populares terá que ser sempre em conjunto entre Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e a AMARSUL para irmos ao encontro das considerações que aqui são colocadas e das recomendações que aqui são colocadas independentemente, se calhar, de não conseguirmos chegar a todos os pontos que aqui são colocados já neste ano, mas acho que é um trabalho que temos que fazer para que no próximo ano o tenhamos de uma forma o mais correta possível, e acompanhamos muito do que foi dito.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 53/XIII/2022 por unanimidade e em minuta:

Trinta e cinco (35) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é uma moção da CDU “Garantir o direito constitucional de proteção da saúde, saudar os milhares de pessoas na luta pelo Hospital do Seixal”. Tem a palavra Maria João Louro.”

II.6. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Moção: “Garantir o direito Constitucional de proteção da saúde, saudar os milhares de pessoas na luta pelo Hospital do Seixal”, subscrita por Maria João Louro.

(Documento anexo à ata com o número 6).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Armando Farias.”

Armando Farias da CDU disse: “Está distribuído o texto da moção. Pode ser estranho há tão pouco tempo ainda na Assembleia tomámos uma posição sobre o hospital, mas a questão é esta: é que houve uma iniciativa que teve uma participação esmagadora da população e, portanto, é importante trazer essa perspetiva aqui à Assembleia. Eventualmente alguns gostariam de apagar a participação das populações. Às vezes ouve-se por aí: “ A população já não participa, já não liga ao



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

hospital.” Este evento que foi feito da caminhada pelo hospital mostrou exatamente o contrário, mostrou que a população está fortemente mobilizada em torno do hospital e não vai desistir enquanto o hospital não for concluído. Esse é o sentido da moção.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não há pedidos de intervenção, vamos colocar à votação.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 54/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Trinta e dois (32) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Três (3) abstenções do grupo municipal do PSD

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Rui Belchior, para declaração de voto.”

Rui Belchior do PSD disse: “Como bem disse o eleito Armando Farias, ainda há pouco tempo veio aqui uma moção sobre o hospital. Uma e várias e durante os anos dezenas delas. E nada contra isso, é o exercício democrático de cada um. Já agora queria, em jeito de comentário, dizer que os sucessivos Governos... durante pelo menos 6 anos o PCP apoiou um, nestes sucessivos Governos, sem qualquer sucesso, como se vê. E nós queremos aqui aproveitar para deixar muito claro um aspeto que tem sido deturpado - para utilizar a expressão da noite “a deturpação” - tem sido deturpado quanto conta àquela que é a nossa opção. O PSD é contra o Hospital do Seixal. Não, o PSD não é contra o Hospital do Seixal, o PSD é contra a forma como determinadas... ou determinados políticos, determinados autarcas se agarraram a esta reivindicação política para fazer, digamos assim, cavar o fosso em relação ao poder central. É uma bandeira política. Portanto... e nós preferimos optar pelo aquilo que nós poderíamos, de facto, fazer: reforço dos centros de saúde, centros de saúde, cuidados primários etc., etc. e esta é a nossa grande diferença! Nós não somos... - repito e sublinho a cor fluorescente - o PSD não é contra o Hospital do Seixal, o PSD é contra que se continuem a enganar as pessoas... que é isto que está aqui bem presente, enganar as populações com... dizendo: “Bom, temos que lutar, temos que reivindicar que eles assim vão fazer o hospital!” Não, não vão fazer. Não, não fazem o hospital. Já agora digam às pessoas... e espero que algumas destas pessoas, destas centenas de pessoas ou milhares que aqui estavam, que saibam que este hospital tem, eventualmente - ou vai ter – 70 camas, um dia que seja construído! 70 camas! Tem menos camas que o lar de Fernão Ferro! E é isto que as pessoas têm... que tem que se dizer isto às pessoas. Não há médicos em lado nenhum, não há profissionais de saúde em lado nenhum! Há falta! E nós, a nossa solução aqui no Seixal é hospitais. Portanto, e é esta que é a grande diferença entre nós e os senhores.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é do PS. É uma recomendação: “Nova travessia do Tejo Algés/Trafaria.” Tem a palavra Tomás Santos”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

II.7. O Grupo Municipal do PS apresentou uma recomendação: “Nova travessia do Tejo Algés-Trafaria”, subscrita por Tomás Santos.

(Documento anexo à ata com o número 7).

Tomás Santos do PS disse: “Eu cheguei um pouco atrasado... isto acho que houve ali a um acidente na A2 que eu fui apanhado por ele, mas aqui estou. Bom, a moção está aí, certamente já a terão lido e, portanto, eu também não vou fazer grandes considerações sobre o texto da moção, venho apenas dizer 3 pequenos itens. O primeiro é que esta moção enquadra-se numa questão em termos de mobilidade e desenvolvimento económico do Concelho, mais abrangente, que o Partido Socialista defende e apresenta no seu programa autárquico e que tem a ver com, por um lado, uma dinamização e uma maior autonomia do Concelho em termos de se desenvolver economicamente e depois, por outro lado, melhorar e aproximar toda a área metropolitana numa escala maior, de forma a podermos ter aqui verdadeiramente uma génese que seja circundante e que não apenas se transmita numa lógica pendular entre Lisboa e o Seixal, ou Lisboa e outro sítio qualquer. E esta questão do túnel, desta questão deste acesso é uma resposta para cerca de 4.000 pessoas desta área Seixal, Almada, Sesimbra que é... vem procurar responder a um direito, que é o direito à mobilidade, vem dar uma resposta a quase 150.000 carros que passam todos os dias a ponte 25 de abril mas, sobretudo, é importante aqui dizermos que aqui isto é... a ideia é incidir isto num plano mais alargado, que é uma circular regional externa na área metropolitana de Lisboa ligando a CRIL à A33 de forma a poder criar aqui uma ligação independente à volta... ou num círculo, num anel na área metropolitana. E é importante referir no fim no final que isto não exclui a ponte Barreiro / Chelas porque é uma resposta de outro tipo, é uma resposta... uma circular regional externa, como eu dizia, uma resposta no âmbito da área metropolitana de Lisboa sendo que a ponte Barreiro / Chelas a ideia é criar um anel interno que vai ligar a ponte 25 de abril à estrada nacional 10 que depois liga novamente a esta ponte Barreiro / Chelas e, portanto, uma não é excludente da outra, bem pelo contrário, são complementares.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Têm a palavra sobre esta recomendação, Armando Farias, Samuel Cruz e Vítor Cavalinhos.”

Armando Farias da CDU disse: “Mais à frente nós próprios temos uma moção sobre a terceira travessia do Tejo e agora causou-nos estranheza porque, em relação à posição que a Câmara Municipal do Barreiro tomou sobre a terceira travessia do Tejo e agora vendo esta proposta do Partido Socialista aqui do Seixal, dos Eleitos do Partido Socialista, parece-nos que fica mais claro os interesses que se estão a movimentar fora, mas também dentro do próprio Partido Socialista. Portanto, há os negócios dos terrenos naquela zona... aqui já não vamos discutir questões técnicas, nem sequer a questão desta travessia para... que é, proposta pelo PS, Algés / Trafaria. Já não vamos discutir coisas técnicas, porque o consenso é geral em relação à terceira travessia Chelas / Barreiro. Agora os interesses, pelos vistos, estão-se a movimentar. E já agora, em relação a isso, dizer que já com este Governo, não é? Mais uma vez e com este Governo, o plano ferroviário dizia que era a peça fundamental que falta, que é a terceira travessia Chelas / Barreiro. Os senhores agora podem dizer que uma coisa não invalida a outra, mas o que nos parece claro é exatamente



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

isto. Isto é, continuar a adiar é aquilo que é uma estrutura essencial para aqui a região e nomeadamente aqui para os Concelhos de Almada, Seixal, Barreiro, etc. não é? E os senhores falam tanto de mobilidade mas continuam a adiar e ao mesmo tempo... é uma coisa e é outra, é isso e é os negócios dos terrenos, os negócios imobiliários. Isto hoje parece-nos que é evidente! E naturalmente que vamos votar contra esta moção.”

Samuel Cruz do PS disse: “Ora, Armando, parafraseando o nosso Presidente da República não ofende quem quer, ofende quem pode! E vires aqui dizer que estamos a mando dos interesses imobiliários é, de facto, ofensivo e, de facto, não estava à espera de uma acusação dessas porque é absolutamente infundada. É até calunioso. E não é esse o registo que temos normalmente entre nós. Primeiro ponto. Segundo ponto. O que esta moção defende é que se estude algo que faz parte do plano de mobilidade da cidade de Lisboa. O plano de mobilidade da cidade de Lisboa tem dois anéis: um externo e um interno. O externo é composto pelo túnel da Trafaria e a ponte Vasco da Gama e o interno pela ponte 25 de Abril e pela futura ponte Chelas / Barreiro. Acerca disto não há dúvida para ninguém e é isto, do ponto de vista técnico, que está feito. Em relação à vossa moção já falaremos a seguir, mas parte de um erro clamoroso de quem desconhece em absoluto o que se está a passar. E depois esta visa única e exclusivamente uma coisa, que é defender os habitantes do Concelho do Seixal. Os habitantes do Concelho do Seixal que se deslocam diariamente para a zona ocidental de Lisboa e esses necessitam desta ponte e necessitam desta ponte também os que utilizam a ponte 25 de Abril e necessitam que ela seja desanuviada. É na defesa do Concelho do Seixal dos habitantes do Concelho do Seixal e da sua população, única e exclusivamente!”

Vítor Cavalinhos do BE disse: “Três perguntas ao Partido Socialista. A primeira delas é, o que pensa o Governo e o Partido o Partido Socialista nacional desta proposta do PS aqui do Seixal? Se esta proposta se enquadra nas opções ou nas propostas do PS. Eu gostava de ouvir o que é que tem a dizer sobre isto. Depois a outra questão é esta... diz aqui na moção... fala-se na concretização da ligação viária. É em ponte ou em túnel? Sempre que se tem... ao longo dos anos se tem falado na ponte Chelas / Barreiro... na ponte Trafaria... Algés / Trafaria é sempre em túnel, sempre isso foi em túnel. O que nem é claro agora... o Samuel falou em ponte... não está cá claro. Portanto, se é em ponte ou se é em túnel... objetivamente, se é em túnel será muito mais cara, eu gostava também de ouvir o que é que o Partido Socialista tem a dizer... quanto é que custa cada uma das opções e quem paga?”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Armando Farias.”

Armando Farias da CDU disse: “É só uma nota porque o Sr. eleito Samuel Cruz referiu que tinha sido ofensivo e talvez não... não percebeu o que eu disse e vou repetir: eu disse interesses dentro... fora e dentro do PS! O que significa que há interesses dentro do PS, eu não pus o PS, pus interesses dentro do PS e essa é a grande preocupação. É que com isto tudo o que estamos a assistir é que se vai adia...adiar e adiar e não há ponte nenhuma! Esse é que é o problema! E, portanto, esta moção integra-se nessa perspetiva de criar dificuldades, voltar a discutir e a rediscutir - é como o aeroporto - e nunca se realiza. Essa é que é a questão. E a preocupação de haver interesses dentro do PS - que não é unânime! É interesses dentro do PS - conduz exatamente a isso, conduz a



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

adiamentos. É o PS andar a discutir entre eles os interesses dentro do PS e fora do PS e nunca mais se fazer a ponte que é necessária.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Sobre esta questão da nova travessia do Tejo, Algés / Trafaria, esta recomendação que o Partido Socialista aqui trouxe, dizer que se alguém está a laborar em erro parece-me a mim que é o eleito Samuel Cruz, porque é a primeira vez que eu oiço falar que esta travessia seria numa nova ponte. Tem sido sempre em túnel.”

Samuel Cruz do PS disse: “Enganei-me...”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Pronto, mas na sua intervenção disse que seria a nova ponte Algés / Trafaria, costuma-se dizer quando não se quer fazer alguma coisa ou melhor é propor-se muitas coisas, que é para confundir! E na verdade há um consenso sobre a necessidade de que a terceira travessia do Tejo seja através da ponte Chelas / Barreiro, é um consenso que está generalizado aqui a nível da Península de Setúbal e na área metropolitana. Agora, numa altura em que o Partido Socialista mete em causa esta terceira travessia com a Câmara Municipal do Barreiro a querer desafetar os terrenos do espaço canal necessários à construção desta terceira travessia Chelas / Barreiro vem aqui o Partido Socialista com esta travessia a ser feita através do túnel Algés / Trafaria. Portanto, isto penso que é unicamente para tentar que as atenções não se concentrem na travessia Chelas / Barreiro, para que a Câmara Municipal do Barreiro possa desafetar os terrenos do espaço canal e pôr em causa esta terceira travessia, lançando aqui assim quase com uma cenoura do túnel Algés / Trafaria, como sendo esta que devia ser a terceira travessia quando na verdade o consenso generalizado é a travessia... numa nova ponte Chelas / Barreiro, com a construção também da ponte Seixal / Barreiro para que os habitantes do Seixal tenham uma alternativa viável à ponte 25 de abril que está completamente saturada.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o proponente, Tomás Santos.”

Tomás Santos do PS disse: “Bom eu, de facto, respeito muito a coerência do Partido Comunista. Eu não sei se vocês alguma vez viram um filme do Emir Kusturica chamado Underground - Era uma vez um país! É como ter uma gripe sem tomar nada. A discussão que nós aqui tivemos foi um bocadinho assim. Está-se a falar sobre uma ligação rodoviária e fala sobre terrenos e sobre coisas e sobre o Partido Socialista e... na verdade bastava vir aqui dizer: “ Olha, não sei muito bem o que é que vim aqui dizer, mas disseram-me que era para votar contra e, portanto, é isso que eu vim cá fazer. Não sei bem o que é que se trata. Agora há uma coisa que eu devo dizer: o PS tem por regra não se imiscuir na vida dos outros partidos e exige o mesmo para si. Portanto, os interesses do PS, o senhor não tem nada a ver com isso. Mas registámos a qualidade do debate nesta Assembleia Municipal, não é? É muito qualitativo é... política discutida ao máximo e com grande rigor, não é? Não me pareceu. Depois dizer apenas... é túnel e não é mais caro do que construir uma ponte. Não é! Aliás, até diria que bem feito é capaz de até ficar mais barato. Sim, sim. E depois e depois tudo muito bem e tal e coiso e não sei quê, mas a gente não disse que éramos contra a ligação Barreiro / Chelas, portanto, não percebo porque é que foram buscar esse assunto, mas mais uma vez Emir Kusturica chamado Underground - Era uma vez um país!”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação esta recomendação”.

Aprovada a Tomada de Posição nº 55/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Dezoito (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 1
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezassete (17) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 15
- Do grupo municipal da BE: 2

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto, Carlos Pereira, Tomás Santos, Rui Belchior e Samuel Cruz.”

Carlos Pereira da CDU disse: “Eu votei a favor desta recomendação porque fiz parte da comissão que está a estudar a travessia de túnel Trafaria / Algés.”

Tomás Santos do PS disse: “Isto ter responsabilidades é tramada, ó Carlos. Eu vinha apenas agradecer ao eleito Carlos Pereira porque finalmente pôr o Município do Seixal no caminho certo.”

Rui Belchior do PSD disse: “Eu enfim de facto devo estar mesmo... ou é hoje em especial, sinceramente eu não consigo compreender... não consigo compreender. O PS está no Governo nos últimos 25 anos, há 20 anos. Não faz coisíssima nenhuma do ponto de vista estrutural. Nada. Zero. É o país cativado e das cativações. E agora os Eleitos do Seixal vêm aqui com uma proposta para fazer um túnel. Já agora nós subscrevemos, votamos a favor. Aliás o Partido Social Democrata defende esta solução há uma carrada de anos, há uma carrada de anos, fez até constar no seu programa nas eleições de 2019 e por aí em diante e, portanto, nós concordamos com esta solução pode ser mais económica e com menos impacto ambiental. De facto, passe esta esta parte, nós considerámos, no fundo, que isto é mais uma ilusão é como o hospital, os anos vão passando as vidas são curtas e as pessoas como o nosso caso hão de morrer e não ter determinadas soluções que são prometidas há décadas e que nós tenhamos uma longa vida. Mas isto também demonstra... e também não pude deixar de reparar nós não podemos deixar de reparar, que o eleito Carlos Pereira que, pelos vistos, fez parte de uma comissão que estudou o assunto e que entende que esta solução será a melhor solução ou será uma solução mais adequada. Por isso isto desmente, com certeza não foi propositadamente, desmente a afirmação do Sr. Presidente da Câmara quando disse que havia um consenso generalizado em redor da ponte ou da solução Chelas / Barreiro. Pelos vistos não há por pelo menos nem para o PS nem para o PSD e para o Carlos Pereira e, portanto, certamente, haverá um consenso generalizado dentro da organização do PCP. Bom mas isto é como o aeroporto. Isto é exatamente como o aeroporto. Andaremos aqui décadas a discutir mais uma vez o nada e já agora, só mesmo para terminar, nós gostávamos mesmo era de discutir o Concelho, embora isto seja uma preocupação do Concelho o partido tem defendido aqui a questão do problema da mobilidade, somos nós que temos falado



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

abundantemente nesta matéria que nos preocupa bastante e basta andar na rua para ver que às quatro e meia é quase impossível agora ir para a estrada nacional e, portanto, é uma preocupação que nós temos. Não temos é nenhuma esperança nestas pessoas, que elas façam o que quer que seja.”

Samuel Cruz do PS disse: “Uma declaração de voto para dizer que votei a favor porque eu também votei a favor da ponte Barreiro / Chelas.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Também estive na decisão de consenso da ponte Chelas / Barreiro enquanto Presidente da Associação de Municípios da região de Setúbal. Decisão com consenso na região, com consenso na área metropolitana de Lisboa e mais que isso com opção estratégica do Governo do Partido Socialista que anunciou ao país este plano de mobilidade na área metropolitana de Lisboa para a cidade duas margens e para a coesão metropolitana e no quadro do projeto Arco Ribeirinho Sul. Aliás, na recente vinda do Governo à Península de Setúbal anunciando a retoma deste projeto pela importância que tem de requalificação de toda esta área em termos industriais pelo qual passa a ponte Seixal / Barreiro e mais que isso também uma ligação de Montijo. Sinceramente não conheço que uma quarta travessia em ponte Algés / Trafaria também tenha tido um consenso técnico, como prioridade. Avançar com a solução Algés / Trafaria significaria colocar em causa a ligação ferroviária Norte/ Sul e, no futuro, até uma ligação em TGV. Esta é que é a questão de fundo.”

Samuel Cruz do PS disse: “A minha declaração é feita conjuntamente enquanto eleito na Assembleia Municipal mas também como Presidente do Partido Socialista no Seixal e para dizer o seguinte: a posição sobre esta matéria do Partido Socialista no Seixal é que defende a terceira ponte Barreiro / Chelas e recomenda que desde já se comece a pensar na quarta travessia do Tejo num túnel para Trafaria / Algés. É esta a nossa posição.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Como comentário acho que o documento podia ter lá quarta travessia, e não tem.

Passamos para o documento seguinte que é do PSD “Ruturas no abastecimento que comprometem a qualidade da água”. Tem a palavra, Rui Belchior.”

II.8. O Grupo Municipal do PSD apresentou uma Moção: “Ruturas no abastecimento que comprometem a qualidade da água”, subscrita por Rui Belchior.

(Documento anexo à ata com o número 8).

Rui Belchior do PSD disse: “Quero desde já fazer uma nota prévia dizendo que esta moção é semelhante ou igual, praticamente igual, com algumas nuances a uma que os nossos autarcas apresentaram na Assembleia de Freguesia de Corroios. Portanto, nós apesar de sabermos que há um problema de abastecimento em diversas zonas do Concelho, até sobretudo em Fernão Ferro, mas este tema em concreto é de facto sobre Corroios, a zona de Corroios e em virtude de muitos municípios nos terem feito chegar, portanto, o fornecimento de água aliás até através de vídeos com uma cor extremamente amarelada que demora a, ou melhor as pessoas perdem litros e litros de água até que a cor da água se normalize e isto será fruto das frequentes ruturas que têm sucedido naquela área do Concelho. E, portanto, há que urgentemente aqui também tomar



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

medidas com base neste problema que é efetivo. Aliás basta uma breve consulta e convido o Sr. Presidente e o executivo a verificar nas redes sociais afetas sobretudo à Freguesia de Corroios em que estão lá bastantes vídeos onde as pessoas se queixam deste problema. Eu já sei e até já antecipo que uma das coisas que vai ser dita é que a água no Seixal é das mais baratas da ou a mais barata da zona metropolitana de Lisboa etc. e que tem muitas virtualidades mas aqui há um problema concreto que tem estado a afetar as pessoas e, portanto, é preciso identificar, verificar e corrigir.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenção de Armando Farias, sobre este ponto.”
Armando Farias da CDU disse: “O senhor Belchior além de reconhecer que a água é das melhores e das mais baixas no Concelho também tem que reconhecer que isso é do dia-a-dia a questão da informação às populações da gestão das infraestruturas etc. E, portanto, estas deliberações que vêm aqui propostas isso é o que a Câmara executa. Agora não deixamos de reconhecer que há problemas no Seixal como em Almada e em qualquer ponto do país que acontecem. Acontecem ruturas e etc. e é natural quando aconteça isso que a água leve algum tempo a estabilizar. Eu vivo na Freguesia de Corroios. Bebo água todos os dias da torneira. Não tenho problema nenhum e portanto uma coisa são questões localizadas pontuais outra questão é os senhores quererem generalizar como se toda a Freguesia de Corroios tivesse um problema de água e esse é que é o problema que vocês colocam e é por isso que nós temos que votar contra a vossa moção, porque estão a generalizar uma coisa que é errada porque não existe. Só na vossa cabeça é que dizem que é generalizada na Freguesia.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Eu pedia ao Sr. Vereador Joaquim Tavares para responder a esta questão.”

O Vereador Joaquim Tavares disse: “Quero agradecer ao Sr. eleito Rui Belchior por evidenciar a qualidade e o preço da água aqui no Município e dar nota que efetivamente há ruturas, há ruturas por todo o Concelho, também as há em Corroios e há realmente uma zona onde tem ocorrido ruturas e tem havido essa coloração da água amarela que está referenciada. O investimento nesta área é muito significativo. Fizemos um novo furo e está a ser equipado na Quinta da Marialva. Estamos a adjudicar a recuperação do depósito elevado de Santa Marta e também vamos fazer a recuperação de uma parte da rede em Vale de Milhaços. Portanto face aos problemas tomamos medidas e implementamos as medidas e pensamos que iremos resolver o problema. Naturalmente que emitimos avisos, mas emitimos avisos sobre reparações programadas. Sobre as ruturas não conseguimos ainda fazê-lo. E dar nota também que não há nenhum problema de abastecimento de água em Fernão Ferro. Isso é só para juntar mas é para apagar o fogo porque não há nenhum problema.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

Aprovada a Tomada de Posição nº 56/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Dezassete (17) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) votos contra do Grupo Municipal da CDU

Duas (2) abstenções do grupo municipal do BE

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não há declarações de voto, passamos para o documento seguinte, é uma moção da CDU, “Terceira travessia do Tejo Chelas / Barreiro”. Manuel Guerreiro tem a palavra.”

II.9. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Moção: “Terceira travessia do Tejo Chelas-Barreiro”, subscrita por Manuel Guerreiro.

(Documento anexo à ata com o número 9).

Manuel Guerreiro da CDU disse: “Diz o povo e com razão: não há miséria que não dê em fatura nem fatura que não dê em miséria. Felizmente o eleito do PS veio dizer que o tal túnel é apenas um tiro de pólvora seca, esperamos que não seja para tapar a construção da ponte que é mesmo necessária. Mas chamo-vos a atenção para as questões da coerência. A coerência é aquilo que nós defendemos. Somos favoráveis à descarbonização e por isso defendemos uma solução de transporte de massas que não sejam os carros e que não facilitem o transporte dos... não sejam os carros a passar todos os dias os 150, os 200 ou os 300.000 para Lisboa mas que seja um comboio, que não faça, elétrico que não polua da forma como os automóveis inevitavelmente vão continuar a poluir. Porque nem mesmo os... até mesmo os automóveis elétricos vão continuar a poluir, já agora que é para a gente não criar grandes confusões. E por isso somos favoráveis a estruturas como a ponte Chelas / Barreiro ou Barreiro / Chelas que tenham um comboio que transporte as pessoas, como somos favoráveis à ligação Seixal / Barreiro e naturalmente Seixal / Montijo, Barreiro / Montijo etc., esta circular sul do Tejo que permita uma mobilidade fácil e não poluente, é verdade que há consenso e a nossa moção diz isso e diz isso, digamos, baseado em documentos e em decisões. Há consenso em relação à criação desta infraestrutura rodo-ferroviária do Tejo. O próprio Governo atual, e simplifico já, escreve-se sucessivamente agora no próprio plano rodoviário nacional chama a atenção de quem não lê deve ler É uma estrutura considerada peça essencial para a travessia do Tejo no atual plano com o atual Governo a pena é que não esteja já construída e para ganhar tempo o que nos traz aqui é uma inopinada decisão da Câmara do Barreiro e não venham com histórias que está aqui o edital, está aqui em público o edital, que quer desafetar de facto o corredor, quer desafetar o corredor para a construção da ponte e, portanto, tem estado em discussão pública a desafetação dos terrenos necessários para a construção da ponte isto é para suportar o lado de cá da ponte Chelas / Barreiro. Está aqui o edital e estão lá os documentos todos anexos ao edital. E, portanto, é público e notório que é isso. E essa é que é a questão. E a pergunta, e a questão que colocamos é esta. Há aqui uma, há aqui contradições



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

evidentes. E é neste facto destas contradições que aparece também esta proposta de pólvora seca do túnel porque é de pólvora seca, porque se é difícil arranjar dinheiro para uma, quanto mais arranjar dinheiro para duas. Vamos ser sérios e deixar-nos de tretas. Aliás o eleito, o responsável concelhio do PS, já pôs aqui o dedo na ferida, que infelizmente o PS é a favor de uma e, portanto, é aquela que é mais urgente e mais necessária. Portanto, nós o que denunciámos claramente ou que propomos a denúncia, é desta posição da Câmara do Barreiro de desafetar os terrenos fazer caducar a reserva dos terrenos necessários à construção da ponte na margem sul do Tejo e basicamente é isso. E depois de denunciar e divulgar estes documentos e apelar a que todos se unam mais uma vez para a construção desta infraestrutura essencial ao desenvolvimento da nossa região, ao desenvolvimento da região sul do país e ao desenvolvimento das ligações cada vez menos poluentes em todo o país.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Samuel Cruz.”

Samuel Cruz do PS disse: “Em primeiro lugar realçar que este documento inaugura todo um novo modelo de relacionamento institucional, não é? Eu pensava que a Assembleia Municipal do Seixal era para fiscalizar a atividade da Câmara Municipal do Seixal afinal a Assembleia Municipal do Seixal agora dedica-se a fiscalizar a atividade da Câmara Municipal do Barreiro. O que é uma coisa estranhíssima. Eu hoje tive oportunidade de falar com os responsáveis da Câmara Municipal do Barreiro que dizem: “Olhe achamos de muito mau gosto quando foi, por exemplo, da Ponte pedonal Barreiro / Seixal quando aqui chegámos tínhamos um erro. A ponte era para custar 4 milhões de euros - 2 milhões financiados por fundos europeus e 1 milhão por cada Câmara e tinha existido um erro no cálculo do que cada Câmara já tinha financiado com mais de 2 milhões de euros e foi por isso que nós não quisemos, mas não tornámos isso público porque o relacionamento institucional obriga a certas regras”. Só depois disto aqui hoje é que esta questão vem também à baila, mas podiam aí ter evitado isto porque parte de um erro claro e colossal. Primeiro lugar, podiam ter perguntado ao anterior Presidente da Câmara do Barreiro, Carlos Humberto tinha-se explicado. Podiam ter lido aquilo que a Câmara Municipal do Barreiro, as entrevistas deu à luz no dia 1 de junho ou podiam ter ouvido aquilo que o ministro João Galamba hoje disse no parlamento em instâncias do PCP sobre a mesma matéria. O corredor que está em causa era o corredor do TGV. Foi abandonado em 2009 pelo PCP e pelo Carlos Humberto. O novo corredor situa-se a centenas deste. Está previsto o novo PDM que está neste momento em discussão nas entidades próprias. A centenas de metros. O Carlos Humberto já não autorizou construções no novo corredor. E o que se trata aqui é simplesmente de corrigir algo também para fazer habitação social, neste momento, mas é um erro. O atual corredor ferroviário no Concelho do Barreiro passa a centenas de metros deste local, não passa neste local. E já é assim desde 2009 quando a Câmara ainda era comunista. O que o PCP não devia ter feito e não fez na Câmara do Barreiro foi alterar o PDM, alterar um novo PDM. É isso que está a ser feito. É esse o novo desenho e, portanto, o que aqui está é o PCP ir a reboque de uma notícia falsa da União dos Sindicatos de Setúbal - que também não sei porque é que se pronunciou sobre isto - e a dizer uma quantidade de asneiras, não há outra forma do dizer. E se tiverem dúvidas já agora só para... vou-vos ler as



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

declarações do Vereador do Barreiro: “O traçado inicial do corredor da terceira travessia do Tejo que incluía o transporte ferroviário de alta velocidade é diferente do corredor que foi fixado posteriormente em 2009 e que está a centenas de metros da zona abrangida pela declaração da caducidade de reserva de solos em consulta pública até doze de junho.” Rui Braga, Vereador da Câmara do Barreiro.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o proponente”.

Manuel Guerreiro da CDU disse: “Em primeiro lugar, nós não estamos a tornar público coisa nenhuma. Foi a Câmara do Barreiro que fez publicar os editais e os distribuiu e pôs na Internet. Em segundo lugar, vamos pôr claro que é para a gente não andar aqui com subterfúgios. O que a Câmara do Barreiro põe à discussão é a sanção do processo? Não. E diz mais, que é um privado que requer. Não diz qual é a zona nem coisa nenhuma. Diz é um privado para construir casas, para construir habitação que quer a desanexação, a caducidade da reserva e, portanto, não. Esta conversa de que o Vereador diz e que o outro diz. Isto é tudo conversa. O que está aqui escrito no edital público e, portanto, nós estamos a falar de eu disse o outro eu disse está aqui o edital que a Câmara publicou com os documentos anexos se quiserem e o que prova é que há uma caducidade da reserva para a construção, e são identificados como os terrenos da ponte não são identificados como os terrenos do TGV ou de coisa nenhuma. São os terrenos para a ponte Chelas / Barreiro. E vocês vieram aqui criar mais uma confusão, se esta já não chegasse, quando vêm com um túnel para outra zona. Portanto, isto é de facto o melhor, estamos no mundo enfim das hipóteses para não concretizar, mas nós o que temos aqui é uma posição clara e objetiva e, portanto, não vale a pena estarmos com mais coisas. Portanto a Câmara do Barreiro se não quer fazer a caducidade disto então diz outra, se isso é outra coisa diz outra coisa, mas o que está aqui escrito é o que está aqui escrito meus senhores e a gente pode-vos contar aliás está na internet disponível.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Tomás Santos.”

Tomás Santos do PS disse: “Ó Sr. eleito não é o único corredor, é o corredor que foi definido. Agora está definido outro. Tal como quando nós compramos uma ambulância nós estamos a deixar de arranjar uma escola, ou seja, as coisas podem ser feitas e não é porque agora nós desafetamos um solo que já não tem esse fim que a ponte vai deixar de ser construída. O eleito Samuel Cruz explicou-lhe isso e não e não disse nada contrário ao que disse. Concorda com tudo. Por isso é que perder sete dois não é fácil mas...”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Vítor Cavalinhos.”

Vítor Cavalinhos do BE disse: “O Bloco de Esquerda vai votar a favor desta moção e nós conversamos todos uns com os outros e a ponte, nós também conversámos com os nossos camaradas lá do Barreiro, e o que a Câmara do Barreiro quer fazer nem é aquilo que o Samuel está a dizer, mas é aquilo que já aqui foi dito. E agora há ainda outra questão que é importantíssima. A ponte Chelas / Barreiro faz parte do plano rodoviário nacional. Faz parte das decisões e tomadas de posição do Governo. E agora a Câmara do Barreiro é que vai definir como é que as coisas passam a ser. Aquele corredor deixa de existir porquê? Porque a Câmara do Barreiro decidiu. E, portanto, a Câmara do Barreiro aparentemente terá mais poder, terá mais importância e terá mais



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

relevância que o Governo da nação que, por acaso, também é do mesmo partido, o que é uma coisa extraordinária. As coisas, a gente, e isto a ponte Chelas / Barreiro fala há anos é uma opção acho que é inquestionável não há, é uma opção do Governo deste país reiterada e agora por artes mágicas a Câmara do Barreiro e no exercício de um poder, que eu não sabia que tinha mas aparentemente tem, portanto, vai pôr em causa decisões do Governo do mesmo partido. Isto de facto é uma coisa extraordinária. E a outra nota é a seguinte, essa conversa a ponte do Chelas/Barreiro é uma coisa que eu tenho interesse, eu tenho palavra sobre isso. Dizemos nós temos posição e temos direito a ter opinião sobre isso. Ou a ponte é só para beneficiar os munícipes do Barreiro? É para beneficiar os munícipes da margem sul? Está o assunto arrumado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Bom, com a tolerância hoje um bocadinho mais larga que será igual para todos, como é evidente, tem a palavra Samuel Cruz.”

Samuel Cruz do PS disse: “Eu vou tentar repetir e ser mais claro que eu percebi que da outra vez não fui. Esta decisão da Câmara do Barreiro não é de agora, foi de 2009. O que está a ser tratado neste momento é uma questão puramente formal. Primeiro ponto. Segundo ponto isto é articulado. O levantamento da restrição só pode ser feita se tiver parecer positivo da IP, hoje o ministro disse no parlamento eu posso facultar no intervalo aí que está estava de acordo com esta decisão e que estava salvaguardada a questão do comboio da Terceira Travessia. Não há aqui dúvida nenhuma.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 57/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Vinte (20) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quinze (15) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto de Rui Belchior e Manuel Guerreiro.”

Rui Belchior do PSD disse: “Naturalmente que era bom que houvesse este tipo de infraestruturas todas a serem construídas, era ótimo para as populações. Eu, ou melhor o Partido Social Democrata, votou contra porque realmente a CDU mais uma vez vem aqui falar nos interesses imobiliários dos sucessivos Governos e desta vez até omitiu ou esqueceu-se da sua velha coerência, não é? E nós conseguimos recuperar uma moção apresentada pela bancada da CDU a 28/11/2018, podem apontar, ir confirmar subscrita pela eleita Maria João Santos, e que tinha como título reiterar a necessidade absoluta de concretização da ponte para a ligação pedonal e ciclável entre o Seixal e o Barreiro. Pelos vistos agora essa reivindicação que era antiga dizia-se na moção das populações do Barreiro e do Seixal caiu por completo. Pelo menos esta aqui não fala



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

nisso, mas esta não fala nisso. Temos cá para nós que isso tem a ver com um simples detalhe. É que o PCP agora já não suporta o Governo do Partido Socialista como suportava em 2018. E, portanto, não falemos de coerência e não falemos dos interesses das populações porque no fim do dia o que subsiste é sempre a estratégia e a tática política.”

Manuel Guerreiro da CDU disse: “O Eleito do PSD que tem uma raiz lá na minha terra fez uma grande confusão. É que eu acabei aqui exatamente de defender na última intervenção a construção da ponte Seixal / Barreiro e Barreiro / Montijo, portanto, ou ele estava distraído ou exatamente não ouviu. Portanto é só confusão. Mas então fica registado que a CDU defende... aliás deu concordância às propostas... dá consenso às propostas para essa construção como é evidente. Se continuamos a ser coerentes. Não se preocupem com a nossa coerência porque essa está assegurada e se também somos coerentes em relação ao ambiente. Isto é também defendemos infraestruturas que ajudem a despoluir e a melhorar a qualidade de vida que nós temos e a melhorar a mobilidade.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Apenas com uma informação útil, útil para todos, o Governo quando veio à margem sul apresentou no Barreiro o projeto Arco Ribeirinho, já há bocadinho referi, e isso é bem-vindo, esperemos que desta vez avance mesmo, e lá está a ligação pedonal e ciclável Seixal / Barreiro, nós estamos de acordo.”

Passamos para o documento seguinte que é do PS: “Recomendação para adoção de modelos mais eficientes na recolha de resíduos urbanos.”

O Grupo Municipal do PS apresentou uma “Recomendação para a adoção de modelos mais eficientes na recolha de resíduos urbanos”, subscrita por João Leal.

Recomendação retirada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Esta Recomendação foi retirada. Então passamos para o documento seguinte que é da CDU, moção de “Solidariedade com a justa luta dos professores, pela valorização da profissão e pela defesa da escola pública”. Tem a palavra, Manuela Calado.”

II.10. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Moção: “Solidariedade com a justa luta dos professores, pela valorização da profissão e pela defesa da escola pública”, subscrita por Manuela Calado.

(Documento anexo à ata com o número 10).

Manuela Calado da CDU disse: “Portanto, como o tempo já é curto eu não vou ler a moção, penso que todos tiveram, mas desde já saudar todos os professores que há meses estão em luta. Estamos a terminar o ano letivo e a preparar o próximo ano que não se vislumbra que tenha melhor solução do que aquela que este ano teve e, portanto, eu vou apenas ler aqui as deliberações. Portanto, a moção é a solidariedade com a justa causa, com a justa luta dos professores, pela valorização da profissão e pela defesa da escola pública e salienta que a escola pública vai desde o ensino pré-escolar até ao ensino universitário. Também ele com muitos problemas que raramente ou muito poucas vezes é falado. E, portanto, eu passo então às deliberações. A Assembleia Municipal reunida na sua terceira sessão ordinária de 2023, em 21 de junho, por proposta dos



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

eleitos da CDU delibera: manifestar a sua solidariedade para com a justa luta dos professores e ao mesmo tempo saudar a unidade que tem sido demonstrada numa clara afirmação de que a luta não vai parar até que o Governo dê resposta efetiva às suas reivindicações; Reiterar, mais uma vez, a exigência ao Governo de apresentar na mesa das negociações as medidas concretas e necessárias para a resolução dos problemas que afetam a atividade docente, a valorização da profissão, a garantia do serviço público de educação e a democracia nas escolas. Seixal, vinte e um de junho. Grupo Municipal da CDU.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 58/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Vinte e três (23) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declaração de voto de Ana Jorge.”

Ana Jorge do PS disse: “E para ficar claro o Partido Socialista está solidário com as lutas justas e sempre estará. E nesta sequência queremos deixar claro que estamos com os professores mas importa em síntese não esquecer como começámos. Assim: Primeiro: as negociações não eram sobre a recuperação do tempo de serviço; Segundo: o Partido Socialista em 2018 antes de ser eleito com maioria absoluta foi muito claro quando disse que a recuperação integral do tempo de serviço não fazia parte do seu programa. [corte de som].

II.12 . O Grupo Municipal do PS apresentou uma Recomendação: “Há cada vez mais adeptos da bicicleta, mas ciclovias continuam esquecidas no Seixal”, subscrita por Rui Brás.

(Documento anexo à ata com o número 12).

Recomendação retirada.

II.13 . O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Saudação: Dia Nacional do Bombeiro 2023”, subscrita por Manuel Janeiro.

Aprovada a Tomada de Posição nº 59/XIII/2023 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e cinco (35) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra Samuel Cruz, para declaração de voto.”

Samuel Cruz do PS disse: “Em relação ao voluntariado em 2022 foram realizadas provas para o ingresso na carreira de bombeiro voluntário em mil oitocentos e trinta estagiários, oriundos de trezentos e trinta corpos de bombeiros e que representam mais de quatrocentos e vinte e oito novos estagiários em relação ao ano anterior. O investimento em equipamento de proteção, veículos, infraestruturas. Sobre o investimento em equipamentos de proteção, veículos e infraestruturas foi indicado com o Plano de Recuperação e Resiliência, PRR, contempla quarenta milhões de euros para a área da proteção civil, vinte dos quais para os bombeiros voluntários. Doze milhões e seiscentos mil euros foram destinados à aquisição de veículos florestais, seis milhões de euros para a compra de equipamentos de proteção individual para reforço da segurança pessoal dos bombeiros e um milhão de euros para a formação de três mil e trezentos agentes de proteção civil, sendo que a expressiva maioria são bombeiros. O programa de fundos europeus de Portugal 2030 irá dispor de cento e vinte e dois milhões de euros para financiamento de infraestruturas, equipamentos e viaturas. Os investimentos deverão ser integrados nos planos regionais e sub-regionais de ação e ser devidamente articulados com as autarquias para uma adequada definição e hierarquização das prioridades. Existe a garantia de que o montante poderá ser sujeito a reforço caso se verifique essa necessidade e estima-se que os primeiros avisos para concurso saiam em junho de 2023. De referir ainda que as alterações climáticas tornam imprescindível o reforço dos sistemas de proteção civil, que a tendência será para o surgimento de verões mais quentes, potenciadores de incêndios de grande severidade. O assunto foi incluído já na prioridade das políticas da União Europeia e exige o reforço e antecipação da disponibilização de meios por parte das instituições europeias.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Foi uma declaração de voto em duas partes e uma verdadeira intervenção, mas usamos aqui também de tolerância, que iria ser repetida. Vamos fazer um intervalo de quinze minutos, sendo que iremos realizar uma breve reunião com os líderes dos grupos municipais, eleito independente e Mesa sobre uma questão relacionada com o regimento.”

III – Período da Ordem do Dia.

III.1. Ata nº 03/2023 – 2ª Sessão Extraordinária, de 13 de março de 2023. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 12).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “No período da ordem do dia, o primeiro ponto é a ata 03/2023, da segunda sessão extraordinária de treze de março. Não podem votar por não terem estado presentes na sessão, Paula Santos, CDU, Orlando Ribeiro, CDU, Manuel Carvalho, CDU, João Leal, PS, Pedro Santos, PS, Vítor Cavalinhos, Bloco de Esquerda e Fábio Marques, PAN. Pergunto se há alguma questão que queiram colocar. Não havendo colocamos à votação a ata.

Aprovada a Deliberação nº 31/XIII/2023 por unanimidade e em minuta com:

Vinte e oito (28) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 13
- Do grupo municipal do PS: 10



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “O segundo ponto, a informação sobre requerimentos de Eleitos da Assembleia Municipal.

III.2. Informação sobre requerimentos de eleitos da Assembleia Municipal.

(Documento anexo à ata com o número 13).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Os Srs. eleitos têm na plataforma o ponto de situação em relação aos requerimentos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que ainda há um conjunto de requerimentos por responder e que isso irá ocorrer brevemente.”

III.3. Informação sobre o trabalho em curso das Comissões da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “O terceiro ponto é a informação sobre o trabalho em curso das comissões à Assembleia. Irão intervir, Manuela Calado, Armando Farias e Isabel Dantas.

Manuela Calado da CDU disse: “Dizer que a Comissão Permanente da Cultura, Juventude, Participação, Desenvolvimento Social e Saúde, reuniu no dia dezanove, portanto, na passada segunda-feira, para discutir o plano de atividades e as atividades que foram desenvolvidas desde o início do ano, especificamente na área da saúde. Falou-se de transferência de competências, falou-se de unidades locais de saúde e, portanto, foi um debate bastante importante e faremos chegar à Mesa uma proposta que foi aprovada em reunião.”

Armando Farias da CDU disse: “No dia dezanove também se realizou a reunião da Comissão Permanente do Desenvolvimento Estratégico, Plano, Orçamento e Gestão Financeira. Aprovaram-se três pontos que constam da ordem de trabalhos da Assembleia. Essa revisão orçamental e revisão das GOP’s, um ponto sobre a delegação de competências com as Juntas de Freguesia e a delegação de competências com os agrupamentos escolares. Portanto, houve intervenções, um pedido de esclarecimento, a reunião correu bem.”

Isabel Antas do PS disse: “Dizer-vos que no dia cinco de junho fizemos, na nossa Comissão Permanente do Desporto, Habitação, Ambiente e Bem-Estar Animal, uma visita pelo Concelho, ela foi no dia do ambiente, mesmo a propósito, foi a visita à AMARSUL. Dar só aqui duas ou três duas notícias que nos parece que foram importantes para todos os que estiveram presentes. Eu própria, posso falar em meu nome, fiquei estupefacta com alguns dados e com alguns números que nos foram transmitidos. O Seixal, portanto, a AMARSUL recebe sessenta camiões diários de lixo, que é imenso, eu acho que é uma coisa abismal, sendo quatrocentas mil toneladas por ano no distrito e duzentas mil só do Concelho do Seixal. Isto são números bastante elevados. Ficámos também - e isto foi de todos os que estavam presentes e tivemos aqui o acompanhamento com o senhor vereador - dizer-vos que há condições de funcionamento na AMARSUL que em nada dignificam os trabalhadores e as trabalhadoras, dizer-vos que o cheiro a lixo dentro daquilo que é o espaço comum de onde fazem as refeições e onde possam estar no seu momento de pausa, o cheiro é nauseabundo, acho que nós temos que pensar o que é que podemos fazer em relação aqui à nossa comissão.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

Dizemos que os acessos, parecia que estávamos num outro mundo, só lixo espalhado, portanto, dizer-vos também que aquele aterro que nós vemos da autoestrada está no seu limite máximo, sendo que já está prevista a abertura para uma outra célula para também se despejar e fazer a separação dos próprios lixos. Neste mesmo dia fizemos visitas ao bairro de Santa Marta de Corroios e Vale de Chicharos, mais conhecido pela Jamaica, sendo visível neste último, portanto, a desocupação deixada abaixo pelas equipas, aquele espaço vai ser desocupado. Durante a tarde estivemos nos serviços operacionais da Câmara e estivemos também no complexo desportivo Carla Sacramento onde acabámos por visualizar e ver algumas das obras que foram feitas para acolhimento ou que estão em processo de terminar, também para acolhimento à APCAS que vai ser transferida ou vai ter um novo espaço de atendimento.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos ao ponto seguinte.”

III.4. Informação: Recurso da decisão judicial sobre a Providência Cautelar interposta pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.

(Documento anexo à ata com o número 14).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “O ponto seguinte, a informação, recurso da decisão judicial sobre a providência cautelar interposta pelo Partido Socialista, penso que está incompleto. Deve ter na designação a seguir, o acórdão de 25/06/2023 do Tribunal Central Administrativo Sul. É conhecida, portanto, a posição do Partido Socialista, propôs uma entrada no Tribunal Administrativo Fiscal de Almada um processo de cumprimento de providência cautelar, nas deliberações de 30 de setembro de 2022 e o Tribunal indeferiu o pedido das providências e deu-se conhecimento da sentença aos eleitos da Assembleia Municipal. Entretanto foi interposto recurso para o Tribunal Central Administrativo do Sul e a conferência de juizes, com a data 25/06/2023 que proferiu acórdão e manteve a sentença. E, portanto, o procedimento que tem aqui a Assembleia é apenas a informação e que está essa informação na documentação que foi distribuída aos Srs. eleitos. Passamos para o ponto seguinte, que é o novo Regimento da Assembleia Municipal para o mandato 2021/2025.

III.5. Novo Regimento da Assembleia Municipal para o XIII Mandato 2021/2025. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 15).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Em primeiro lugar a Assembleia Municipal tem funcionado no quadro legal e, portanto, que isso seja sublinhado e de forma regular com o Regimento do mandato anterior, sem que tenha constituído qualquer constrangimento para o normal decorrer dos trabalhos. A presente proposta, importa relevar, assenta num profícuo exercício democrático que permitiu um quadro de diversidades de opinião e num vivo debate, ao longo deste tempo de mandato, construir um caminho de convergência e consensualização, é o que está expresso nesta proposta. Trata-se sem dúvida de um bom exemplo, devendo ficar registado o empenhamento e sentido construtivo da Mesa e líderes dos grupos municipais. A proposta está atempadamente convosco, não se justificando nesta introdução a sua apresentação detalhada, quando seguramente os Srs. Eleitos têm acompanhando este processo com os respetivos grupos municipais. Saliem-se, no entanto, que a convocatória das sessões da Assembleia Municipal passa a integrar a



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

respetiva ordem de trabalhos. Destaca-se também que as sessões da Assembleia Municipal passarão a ter transmissão online com consentimento prévio dos participantes, isto no quadro geral da proteção de dados e seguindo a orientação de abril da comissão nacional de proteção de dados, ficando expresso no Regimento. Está nesta altura a ser desenvolvido o trabalho técnico de preparação, no objetivo do assegurar as condições para a transmissão on-line das sessões da Assembleia Municipal, se for possível já em setembro, mas seguramente até final do ano. Refira-se ainda que está em fase de conclusão a elaboração de um novo site da Assembleia Municipal que constituirá, estamos certos e o objetivo é esse, um importante instrumento de divulgação da atividade deste órgão. Há uma questão que estivemos na reunião realizada no intervalo e que tem a ver com a precisão do artigo dezassete, número dois. O pedido de inclusão de assuntos na ordem do dia das sessões extraordinárias deve ser formulado por escrito com a antecedência mínima de nove dias sobre a data da sessão. Detetou-se no entanto um lapso que tem em conta a Lei 75/2013, atribuições e competências dos órgãos das autarquias locais, em concreto da Assembleia Municipal, diz no seu artigo cinquenta e três, número um, alínea b), que a referida antecedência é de oito dias úteis e, portanto, a correção é de oito dias úteis, em vez de nove. Entretanto, o Regimento é um instrumento do nosso trabalho, regula a atividade da Assembleia Municipal, mas é, um instrumento dinâmico. Portanto, em qualquer altura do mandato no quadro do trabalho da Mesa com os líderes dos grupos municipais e de questões que possam ser suscitadas o regimento pode ser revisito de forma pontual. Seguem-se as intervenções que sobre este novo Regimento de cada grupo municipal e dos independentes que entenderem fazer.”

O Independente Henrique Rodrigues disse: “Demos uma leitura não muito pormenorizada ao novo Regimento, mas queremos saudar pela capacidade que tiveram em colocar finalmente as sessões online. Sei que já se praticava, por exemplo, na Junta de Freguesia, nas Assembleias de Freguesia da Amora, transmissões streaming, online e finalmente chegou aqui a... em Fernão Ferro também, ouvi ali, e finalmente chegou aqui a nossa vez. Espero também que o debate seja profícuo, sereno e vantajoso para a população e que possamos mostrar todos aqui que trabalhamos para o mesmo fim.”

Vítor Cavalinhos do BE disse: “O que é que eu posso dizer? Eu não... como sabemos não participei na discussão deste Regimento, como nos mandatos anteriores participei e a vida é mesmo assim. Mas eu li o Regimento atentamente, a proposta que é colocada nesta Assembleia Municipal e sinto-me satisfeito e acho que é motivo de satisfação para todos nós, mas agora que se conseguiu chegar, este Regimento dá um passo relativamente aos outros anteriormente e isso é progresso e é o fruto do trabalho empenhado dos diversos partidos e acho que é assim que deve ser e acho que vai permitir a continuação do trabalho desta Assembleia Municipal e o aprofundamento da democracia e isso é sempre fundamental.”

Rui Belchior do PSD disse: “Percebi que fui convidado, não foi minha iniciativa. E de facto também tinha aqui muita coisa para falar sobre este assunto e sobre as dificuldades que nós tivemos em concluir este Regimento, foi muito difícil, aliás, esta discussão, esta construção vem do mandato passado, o PS não me vai levar a mal, nem o Samuel, mas eu tenho que dizer isto porque eu sou



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

assim. Creio que esta dificuldade neste Regimento criou-se sobretudo devido à quantidade maciça de propostas que o PS, sobretudo, fez. O Partido Social Democrata sabendo a dificuldade do mandato anterior escudou-se desta feita unicamente numa proposta que era a transmissão online precisamente e não quisemos, passe a expressão, saber de mais nada até porque o Regimento é um Regimento e este está de facto muito bem blindado e artilhado mas é quase um enciclopédia, não é? Quase que prevê todas as situações, enfim, fica a construção para o futuro e agora sendo positivo é realmente um contributo global para outros partidos e parece que doravante vai haver muita dificuldade para os futuros contribuidores na tentativa de melhorar este Regimento que está de facto bastante preenchido e completo. E nesse aspeto também nós, O Partido Social Democrata, apesar como referido não termos dado nenhum contributo específico porque entendemos que o nosso contributo era no sentido de não complicar, de facilitar para rapidamente atingirmos um consenso e estamos em junho de 2023, não é? Vai fazer em outubro dois anos de mandato e ainda não temos, vamos ter hoje, felizmente, e, portanto, nós fizemos esta opção e não estamos arrependidos dela mas também estamos satisfeitos por aquilo que se atingiu e, portanto, era isto que queríamos dizer sobre o assunto.”

Samuel Cruz do PS disse: “Bom, sobre esta matéria dizer que de facto é o consenso possível e consenso implica cedências de parte a parte. Em concreto, com a parte do Partido Socialista de facto implicou muitas cedências mas também porque o Partido Socialista era quase o único, teria mais de noventa por cento das propostas que foram discutidas seguramente. Ora, há de facto aqui algum sentimento de frustração. Independentemente... há um sentido de regozijo por atingir um consenso por se conseguir de facto algo que eu acho que é importante que é entre outras melhorias a transmissão online, mas está com o modelo de Assembleia Municipal! O que o Partido Socialista defende é um modelo diferente, é um modelo mais participado, mais interventivo, porventura que a Assembleia Municipal ainda não tem um amadurecimento necessário mas queria aqui deixar de facto algumas propostas. O Partido Socialista entende que as comissões deveriam reunir com muito mais frequência, nós estamos a meio do mandato e há comissões que criámos porque entendíamos que eram muito importantes e nunca reuniram e, portanto, nós achamos que há um trabalho importante para fazer nesse sentido mas também as comissões podem ter um papel mais interventivo, de saírem posições da própria comissão que dão à própria Câmara, ou seja, nós entendemos que as questões que são colocadas à comissão devem ter um relator que toma das posições acerca de cada um e que transmite isso para a Câmara... nós entendemos, isso não foi aceite, entendemos que devia haver outras Assembleias Municipais com horários de trabalho diferentes... sei lá, uma anual sobre, entre aspas, o estado da nação ou o estado do Concelho, se assim quiserem, mas que fazíamos balanços mais globais. Uma em cada ano civil dedicada exclusivamente a cada uma das freguesias, em que os Srs. Presidentes da Junta viessem aqui dizer “olhe, o que é que é melhor, é necessário nas suas Juntas?”, a Câmara dissesse... muito específicas, outras com debates temáticos... o modelo, e vou finalizar, o modelo do Partido Socialista da Assembleia Municipal é um modelo diferente e um modelo muito mais participado e interventivo. Enfim, não colhe ainda a



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

maioria nem o consenso da maioria, esperemos que ela no futuro assim o venha a fazer porque nós não temos dúvidas que isso enaltece o trabalho desenvolvido por esta Assembleia.”

Armando Farias da CDU disse: “A CDU também valoriza muito o consenso que foi alcançado. Acho que foi muito importante. Mas isto também serve de experiência, alguns já fizeram essa referência, também serve de experiência para as próximas discussões porque em todos os mandatos terá que ser discutido o Regimento. Valorizamos mas também entendemos essa insatisfação porque entendemos que se podia ter resolvido isto muito muito mais cedo. Penso que cedo se percebeu que para a maior parte das forças políticas era a questão da transmissão que os preocupava e, portanto, nós podíamos ter resolvido isso mais cedo. É evidente que não está aqui em causa que cada força política defende aquilo que acha que deve defender, mas do ponto de vista prático acho que podíamos ser mais céleres relativamente a isso. Depois também houve o processo que o PS teve com a questão do processo em Tribunal que criou expectativas e também veio atrasar mais um bocado o processo e, portanto, são experiências que ficam para as próximas questões do orçamento porque o Regimento tem que ser feito. E depois há aqui uma coisa que tem o seu quê de curioso. Em relação à questão das transmissões online, que há um entusiasmo muito grande pelo geral das forças políticas, a CDU nunca teve esse grande entusiasmo porque entendemos que relativamente... porque entendido a transmissão como um passo mais para a frente para a participação cívica. E nós entendemos que a participação cívica alcança-se fundamentalmente é da ação das forças políticas, da forma como as apresentam às populações, da resolução de problemas, não fazer promessas e não resolver, penso que isso é que chama as pessoas à participação e não tanto as transmissões online. Mas é curioso que nós não tínhamos esse entusiasmo e fomos nós que demos o primeiro passo, aliás a proposta de redação foi nossa e depois houve melhorias de todas as forças políticas que contribuíram para a melhorar. Portanto, são experiências que ficam e nós valorizamos bastante que tivéssemos finalmente concluído este processo do Regimento.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação o Regimento para o mandato 2021/2025. Creio que não se justificam declarações de votos porque houve intervenções. É um momento importante na vida da Assembleia Municipal, é claro que não houve nenhum constrangimento em relação à nossa atividade mas este Regimento vai dar mais respostas e, digamos, responde a questões que vinham a ser debatidas para além das transmissões online. Quero sublinhar uma vez mais o empenhamento de todos, com pontos de vista diferentes mas chegou-se a um consenso e o novo regimento vai contribuir para uma atividade e um exercício democrático mais qualificado e de maior proximidade às populações. Portanto, agradeço a todos.”

Aprovada a Deliberação nº 32/XIII/2023 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e cinco (35) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para os pontos seis e sete, apresentação conjunta e apreciação conjunta da informação da Câmara e da informação do Sr. Presidente da Câmara. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

III.6. Apreciação de informação da Câmara, sobre a atividade desta, nos termos e para efeitos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

(Documento anexo à ata com o número 16).

III.7. Apreciação de informação do Presidente da Câmara, sobre a atividade do município e situação financeira do mesmo, nos termos e para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

(Documento anexo à ata com o número 17).

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Portanto, a informação está prestada por escrito, qualquer esclarecimento que os Srs. Eleitos entendam pertinente fazer estarei cá para responder.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “ Para intervenções em relação a estes dois pontos têm a palavra, Fernando Sousa e, a seguir, Armando Farias.”

Fernando Sousa da CDU disse: “Eu gostaria de colocar ao Sr. Presidente da Câmara se nos pudesse informar sobre a reunião que teve com o senhor adjunto do ministro da saúde no que diz respeito às transferências de competência na área da saúde.”

Armando Farias da CDU disse: “Sr. Presidente, tivemos conhecimento que houve uma reunião com a Associação Nacional de Municípios sobre o processo de transferência e era para saber se já tinham mais informações sobre essa matéria. Era o processo... aquela reunião que se fez com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Fez-se uma reunião não foi? Com o ANMP. Seminário, sim, sim seminário.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções. Não havendo passamos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que tem a palavra”.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “As questões colocadas são muito pertinentes, a reunião com o senhor adjunto do ministro da saúde foi das reuniões mais estranhas que podem ter havido. Para começar, portanto, o senhor adjunto do ministro pretendia que a Câmara Municipal aceitasse a transferência de competências, assinasse o auto e o que tinha para entregar como contrapartida, e que disse-o, é que o Seixal não teria acesso à construção de novos centros de saúde se não assinasse o auto. Foi quase uma chantagem. Foi uma chantagem e ainda por cima sobre as questões colocadas, nomeadamente sobre o estado dos centros de saúde, que dizia “você não se preocupem porque as grandes obras a gente faz. Isto o que vocês vão receber é só para fazerem as pequenas reparações que havia, agora o resto é connosco, vocês têm é que aceitar a transferência de competências senão não têm acesso a fundos do PRR para a construção de novos centros de saúde” e efetivamente já saiu o aviso PRR, que ao contrário do que estava falado anteriormente o Seixal não consta como beneficiário de nenhuma operação para a construção de novos centros de saúde quando estava visto Paio Pires e o novo na zona da Amora para substituir a Rosinha. E esta situação é tanto mais estranha porque outros municípios que não assinaram a transferência de



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

competências tiveram direito a fundos para a construção de outros centros de saúde. Portanto, o caso de Lisboa, do Porto, de Setúbal, pelo menos esses três que eu conheço, aliás, eu disse isso ao senhor adjunto e o que ele disse é que as populações desses Concelhos não podiam ser prejudicadas pelas Câmaras Municipais não terem assinado o auto de transferência de competências mas pelos vistos as populações do Concelho do Seixal podem ser prejudicadas com a questão da transferência de competências. Agora vamos continuar a nossa luta muito firmes, não vamos vacilar perante chantagens que nos queiram fazer e vamos continuar a defender os interesses da população do Concelho do Seixal quando considerámos que, e disse isto ao adjunto do senhor ministro, ele não deu um único argumento válido para que assinássemos o auto de transferência de competências a não ser a chantagem de que se não o fizéssemos não teríamos direito a fundos do PRR para novos centros de saúde. Quanto ao seminário da Associação Nacional de Municípios Portugueses, realizou-se em Matosinhos, teve como lema discutir-se uma nova lei de finanças locais porque quando se considera que a lei atualmente existente... a lei atualmente existente prevê uma transferência de fundos muito inferior à média comunitária para as Autarquias e o que se pretende e que os municípios entendem que seja necessário é que passe a haver, a lei preveja uma média de transferência de impostos nacionais para as autarquias de cerca de dezassete por cento, ou seja, um valor similar ao que já se verifica na média europeia. Portanto, não vemos que haja qualquer razão para os municípios portugueses quando têm trabalho apresentado, quando se vê que grande parte do investimento feito em Portugal é pelos municípios, recebam valores muito abaixo do que recebem os seus congéneres europeus. Portanto, e há um processo generalizado dos municípios portugueses sobre esta matéria que irá, portanto, continuar esta reivindicação para o aumento dos fundos. Já agora dizer que o próximo congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses vai ser aqui no Seixal a trinta de setembro, vai ser a primeira vez que o Seixal vai receber um congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, isso demonstra também o prestígio que o Seixal tem pelo trabalho realizado junto dos nossos pares, dos outros municípios e daí a escolha do Seixal para a realização deste congresso.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para a terceira revisão das grandes opções do plano para 2023. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.”

III.8. 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento em vigor para o ano de 2023. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 18).

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Portanto, esta revisão tem como objetivo para 2023 introduzir no orçamento camarário em vigor as verbas que foram adicionadas e que irão ser transferidas para os municípios no âmbito do auto de transferências de competências e que foram adicionadas pelo despacho 4637/2023 de dezoito de abril. Portanto, houve um reforço das verbas para a ação social de duzentos e quinze mil, setecentos e setenta e seis e vinte e dois, portanto, o objetivo desta revisão é introduzir essa verba no orçamento camarário em vigor e depois transferir essa verba para as instituições particulares de solidariedade social que estão no terreno a assumirem as competências, aliás assunção de competências que já o faziam anteriormente no âmbito de acor-



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

dos feitos com a Segurança Social, portanto, para 2023 é esse objetivo. Aproveitámos, como estamos a lançar o concurso para ampliação e requalificação do centro de distribuidor de água de Belverde, é um concurso plurianual e, portanto, para lançarmos o concurso tínhamos que introduzir verbas para os anos seguintes, 2024 e 2025, as verbas necessárias para cabimentar a proposta de concurso e é isso que estamos aqui assim a fazer, portanto, mas isto para os anos seguintes é introduzir essas verbas para a ampliação e requalificação do centro de distribuidor de água de Belverde e penso que os Srs. eleitos depois de terem aprovado aqui uma moção sobre a questão da água sejam consentâneos e agora aprovem esta revisão orçamental para também essa obra essencial, no âmbito dos grandes investimentos que estamos a fazer em toda a rede de águas, que possa avançar com o concurso.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Tomás Santos.”

Tomás Santos do PS disse: “Sr. Presidente, não era uma intervenção, era um requerimento à mesa. O Sr. Presidente da Câmara Municipal julgo que no ponto anterior falou de uma reunião com o adjunto do ministério da saúde não referindo o nome desse adjunto. Eu gostaria de saber se era possível referir o nome desse adjunto.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “O Sr. Presidente, depois quando intervier dirá. Tem a palavra, Samuel Cruz.”

Samuel Cruz do PS disse: “A mim quase que me apetece dizer que é para fazer a intervenção do costume. Ou seja, nós quando aprovámos aqui a primeira vez a possibilidade de entrar nesse mecanismo das revisões orçamentais fizemos crer a toda a Assembleia... deixámos clara a nossa posição, que essa questão da revisão era para fazer entrar pela janela aquilo que o Sr. Presidente não tinha conseguido fazer entrar pela porta, ou seja, o mecanismo normal da Câmara Municipal funcionar é com um orçamento aprovado. O orçamento foi chumbado em novembro ou dezembro, nem me lembro, até hoje, já passaram seis meses, ou seja, metade do ano que o orçamento se destinava, até mais porque durante o mês de dezembro houve tempo para nos sentarmos à mesa, para discutir, para falar e o Sr. Presidente penso que agora marcou a primeira reunião para o quatro de julho! Portanto, efetivamente a Câmara não quer ter um orçamento aprovado, quer andar aí pelas coletividades, fazer o papel do Calimero a dizer que não trabalha mais porque não conseguem... não trabalha mais não é porque não conseguem, é porque não querem! E porque não querem de facto aprovar, enfim, é uma estratégia. Mas é uma estratégia política e uma estratégia que não é a correta porque o correto é a Câmara Municipal funcionar com orçamento aprovado e, portanto, nesse sentido o Partido Socialista votará contra como sempre o votou porque não está em causa o mérito desta revisão, é algo diferente, é algo sistémico, é o princípio de que a Câmara Municipal governa-se com o orçamento aprovado para 2023 e não se governa... eu já até perdi a conta ao número de revisões que o orçamento de 2022 já teve. Isso não é normal e, portanto, nós continuamos aqui a pugnar pelo orçamento de 2023 e quando esse vier, se vier, cá estaremos para nos pronunciarmos em conformidade. Até lá achamos que a Câmara está a utilizar expedientes que são legais mas são até pouco democráticos, eu diria, porque não é assim que se deve governar a Câmara.”



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Uma informação que já foi transmitida aos líderes e que eu já devia ter referido. No início do período da ordem do dia e tem toda a acuidade em relação à matéria, houve uma informação na Comissão de Desenvolvimento Estratégico, do qual estão os líderes dos grupos municipais e o eleito independente, de que o calendário para a nova proposta de orçamento de 2023 é a realização da Assembleia Municipal em sessão extraordinária no dia vinte de julho. Portanto, este calendário já tinha sido informado e agora a todos os eleitos, reunindo a Comissão de Desenvolvimento Estratégico e Finanças, que é a comissão no qual participa o Sr. Presidente da Câmara, no dia treze às dezoito horas. Por outro lado tiveram lugar um conjunto de reuniões da Mesa com os líderes dos grupos municipais e os eleitos independentes no quadro de perspetiva para o próximo orçamento e das matérias que os grupos municipais entendiam como mais relevantes. Segue-se, um calendário de reuniões agendadas com o Sr. Presidente da Câmara ao obrigo do estatuto da oposição. Tem a palavra, Armando Farias.”

Armando Farias da CDU disse: “A informação que prestou agora é pertinente porque é uma informação aos eleitos mas, como disse, os líderes das bancadas já sabiam desta perspetiva e é por isso que se estranha a intervenção do eleito Samuel Cruz, porque quando vem fazer esta intervenção, sabendo que há um calendário que vai desembocar agora a curto prazo na discussão do orçamento, então não fazia sentido estar a fazer isto. Ou seja, o que eu quero dizer é o seguinte, há quem esteja de boa fé neste processo e esteja a participar e esteja a intervir no âmbito do direito à oposição com as reuniões, com a Assembleia e com a Câmara etc., e há aqueles que permanentemente estão sempre a tentar ver como é que contrariam o andamento da Câmara. Esta é a diferença. Eu já da outra vez tinha dito o seguinte, não é? Qual é a pressa do Partido Socialista, que quando der para votar contra é muito lesto, mas depois vem sempre lamentar quando é que há novamente a discussão do orçamento! E já tinha decorrido isto. O orçamento deve voltar à Assembleia quando houver condições de discussão democrática para viabilizar o orçamento. E, portanto, é esse o caminho que está a ser feito e acho que foi importante esta informação que o Sr. Presidente da Assembleia agora puxou porque isso clarifica as posições de quem está à procura de continuar a criar problemas e de quem de facto está a participar no sentido de contribuir para as soluções, porque quando devemos contribuir para as funções estamos a falar de contribuir para o bem-estar das populações que é disso que se trata.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “ Tem a palavra, Sérgio Ramalhete”.

Sérgio Ramalhete do PS disse: “De facto, o Samuel tem razão, foi referenciado na comissão. Não podemos é esquecer é que andamos a utilizar esse instrumento recorrentemente, no meu ponto de vista, apesar de ser legal não é transparente. Não é transparente. Não fomos nós PS que usamos esse tipo de instrumento, porque acho que não é a forma correta de gerir uma Câmara. É a primeira. Falar em boa fé e em boa fé falamos nós porque peca por tardio vimos discutir o orçamento de 2023, hoje, pseudo 2022 em junho. Ou em julho neste caso. Nós estamos dispostos a discutir coisas concretas, não é discutir revisões orçamentais porque isso, no fundo, não peca por mais nada a não ser um subterfúgio para gerir a Câmara, pronto. E isto para não falar em pressa, quando se fala em pressa, a pressa devia ser vossa! Não somos nós que estamos aqui a pressionar.



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

A pressa devia ser vossa porque se vocês não tivessem esse instrumento que remédio teriam de discutir com o resto da oposição o orçamento, coisa que não aconteceu e que vai acontecer a meio do ano.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Samuel Cruz, seguindo-se Rui Belchior.”

Samuel Cruz do PS disse: “Uma mentira dita muitas vezes às vezes pode passar a ser verdade e não é o caso. O Partido Socialista teve uma reunião em julho com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, com a Mesa da Assembleia Municipal, uma reunião simpática mas foi a primeira desde novembro! Portanto, dizerem o Partido Socialista não querer procurar a solução quando o orçamento foi chumbado em novembro a primeira reunião que tivemos foi em junho, ou seja, seis meses depois e nós não procurarmos uma solução isso não é verdade! E a reunião disse aquilo... o Partido Socialista está em querer que não ganhou um voto por a Câmara não ter orçamento! Não temos interesse nenhum nesta situação. Agora a democracia é feita de negociação e de cedências, como aqui muito bem falámos acerca do Regimento, não é? Portanto, nós apresentámos um conjunto... sempre participámos nas reuniões dos direitos de oposição, apresentámos um conjunto vasto de medidas, tivemos uma segunda reunião de comissão quando foi dada anterior vez para aprovarmos o orçamento da Câmara... perguntámos ao Sr. Presidente da Câmara quantas medidas é que... que medidas propostas pelo Partido Socialista é que estavam vertidas e ele respondeu-me “olha, uma”, porque era comum aos dois partidos e, portanto, que querem dizer que noventa e nove por cento provavelmente as nossas propostas foram rejeitadas e que não nos é... não é expectável se mais de noventa por cento das propostas que nós apresentamos são rejeitadas que se vote a favor, não faz sentido, isso era trair os nossos eleitores, não é? Mas estamos aqui disponíveis para um processo negocial... enfim, sério, no sentido em que haja cedências de parte a parte e, portanto, nunca foi de forma diferente! Mas a primeira reunião que vamos ter para discutir isso é em julho! Se vocês acham... qual é a pressa? Então a pressa é que o orçamento destina-se ao ano civil e se só é aprovado já a mais de metade do ano civil não é um instrumento eficaz! Mas isso de facto o interesse principal é da Câmara não é da oposição e nós não podemos forçar o Sr. Presidente da Câmara a dialogar connosco. Achamos que democraticamente devia dialogar mas isso é uma coisa diferente. Porque o PCP de facto ganhou as eleições, teve mais votos que qualquer outra força política, mas o PCP teve muitos poucos votos comparados com a totalidade das outras forças políticas. Agora a percentagem é trinta por cento, uma coisa por aí, não sei as percentagens de cor mas quer dizer tinham um terço desta Assembleia? E com um terço desta Assembleia, dos votos representados nesta Assembleia quer governar sozinho? Isso também não está correto! Não é assim. Cada um faz o papel, nós fazemos o nosso.”

Rui Belchior do PSD disse: “O Partido Social Democrata também tem votado sistematicamente contra estas revisões orçamentais, exatamente pelos motivos que explicou aqui o eleito Samuel Cruz com os quais concordamos praticamente na íntegra, que de facto já podia ter sido feito mais cedo, já podíamos ter reunido mais cedo etc. De qualquer modo, também como não queremos ter a pretensão de ter a agenda do executivo e as dificuldades da mesma que o executivo há de ter



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

com certeza, e lá está num assomo de boa fé e atendendo que já fizemos uma reunião com a Mesa da Assembleia, que já temos calendarizada uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara que inclusive nos anunciou ou articulou connosco pessoalmente, fez esse esforço, não vamos, portanto, por isso e por isto tudo, nesta fase, embora de facto o mal já tenha sido feito, não vamos por isso bloquear esta revisão orçamental e vamos optar pela abstenção.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Como disse o eleito Samuel Cruz, e foi se calhar a única coisa que ele disse que eu concordei, quem ganhou as eleições foi a CDU. Esse é o problema do PS, é que não aceita isso. E quer por todos os meios tentar paralisar a atividade da Câmara. Agora, quem faz a agenda não é o PS, quem faz a agenda é a Câmara Municipal. Por isso temos a maioria e se não o fizessemos éramos nós que estávamos a trair os nossos eleitores, nomeadamente se apresentássemos, como o PS gostaria, um orçamento com a matriz da força partidária e perdedora que foi o PS. Não é isso que nós vamos fazer. Claro que a nossa agenda que está feita, havia “N” atividades que estavam marcadas e que não íamos desmarcar porque as instituições merecem a nossa compreensão, merecem o nosso empenho e não íamos desmarcar para estarmos a fazer reuniões com o PS sobre o orçamento, possivelmente era esse objetivo para tentar o PS fazer prolongar as reuniões indefinidamente como fez com o Regimento para tentar paralisar a Câmara e nós não entramos nesses jogos. Nós fazemos a agenda e o que fizeram? Chumbaram-nos o orçamento. Pronto, não chumbaram a criatividade nem a determinação para continuarmos a trabalhar em prol deste Concelho e é bom que tenham isso. Não gostam que o orçamento para 2023 vá agora só em julho. Um conselho, não chumbem o orçamento de 2024 para isso não acontecer. Este é um conselho para o futuro que nós estamos a dar. Aliás, o PS tinha perfeita noção porque já sabia quando chumbou da outra vez o orçamento, eu penso que até foi em setembro que ele veio a discussão, o orçamento da Câmara, portanto, depois há agendas que têm que ser cumpridas, há contactos com instituições que têm de ser feitas e não podemos ir desmarcar tudo isso para andarmos aqui a discutir com o PS essas situações. O que é que fizemos? O que a lei diz. Adaptámos o orçamento em vigor, às necessidades da Câmara e fizemos uma primeira revisão orçamental, fizemos segunda revisão orçamental por causa da transferência de competências, área social, e esta é hilariante, tanto a segunda revisão orçamental foi por causa da inclusão principalmente das verbas da transferência de competências da área social, transferência de competências que a Câmara Municipal não queria mas que o Governo nos impôs, e que o PS vota contra. Eu acho que a CDU não devia ter estado se calhar a favor dessa revisão orçamental, chumbávamos a revisão orçamental e nós podíamos dizer ao Governo “olhe, não podemos assumir as competências que vocês nos querem mandar porque o PS chumbou a revisão orçamental”. Aliás, eu quando disse à senhora secretária de estado da inclusão que o PS do Seixal tinha votado contra a revisão orçamental que se destinava a introduzir as verbas para a solução das competências do social a senhora secretária de estado nem queria acreditar que isso tinha acontecido. Mas pronto, é o PS que temos. Quanto a isso... agora quando estiver com ela vou dizer “olhe, o valor que veio pelo despacho de dezoito de



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

abril, o PS também votou contra. O PS não quer que a gente assuma as competências na área social e tenta chumbar o orçamento para nós não assumirmos estas competências”. Mas pronto, nós até as assumimos. Até as assumimos. Está bem. Se o orçamento, tudo isto que foi feito foi legal, foi transparente, era expetável... portanto, não sei agora do que é que se queixa. Não chumbem o orçamento para as coisas não voltarem a acontecer.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sérgio Ramalhete, para defesa da honra, tem a palavra.”

Sérgio Ramalhete do PS disse: “Eu acho que o Sr. Presidente está um bocadinho equivocado, ninguém estava à espera que você deixasse de fazer as reuniões com as instituições para reunir com o PS, não era isso, nós não queremos a atenção plena, até porque vocês esquecem de uma coisa, todos os partidos aqui são relevantes para esta Assembleia por isso para se reunir tinha que se reunir com todos.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “As verbas que vão ser introduzidas no orçamento depois vão também ser introduzidas na rubrica para serem transferidas para as instituições que estão no terreno a fazer o trabalho social. Pelo que se a revisão às grandes opções do plano não for aprovado a Câmara terá que tirar o ponto vinte e dois da ordem de trabalhos e dizer às instituições de solidariedade social que lamentamos mas não podemos transferir mais dinheiro para as mesmas porque nem sequer conseguimos incluir esse dinheiro no nosso orçamento.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Têm a palavra, Samuel Cruz, seguindo-se Tomás Santos.”

Samuel Cruz do PS disse: “Um constatação e um esclarecimento muito breves. A constatação é que o Sr. Presidente da Câmara está a deixar a atitude de Calimero para passar ao queixinhas. Em vez do Calimero é o queixinhas. Pronto, enfim, é um estilo. Isso é a primeira. A segunda é dizer que aprovo que o Partido Socialista disse isso na primeira intervenção, não está em causa a matéria mas sim a forma e a falta do orçamento aprovado, o Partido Socialista irá votar contra no primeiro ponto, que é o ponto da revisão orçamental, achamos que não é a forma de o fazer, e irá votar a favor do segundo ponto, que não é a questão material que está em causa.”

Tomás Santos do PS disse: “Eu quero fazer esta intervenção porque acho que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal foi muito esclarecedora. O Sr. Presidente da Câmara Municipal acho que ao final deste tempo, e é preocupante quando ainda o mandato passado estava na Assembleia Municipal, o que eu acho que é bastante... eu pelo menos fico estupefacto, eu acho que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não sabe para quem é que trabalha, não é? Quem é que é o seu patrão! Porque o Sr. Presidente da Câmara Municipal o que diz é, o que disse aqui foi “eu não vou deixar de reunir com esta associação para me encontrar convosco” e a resposta que o Partido Socialista dá a isto é: o Sr. Presidente da Câmara Municipal claro que não deve deixar de reunir com a associação A, B ou C, mas o Sr. Presidente da Câmara Municipal está ao serviço do povo e o povo está aqui representado nesta Assembleia por todos os partidos. O voto das pessoas que votaram no PS, no PSD, no Bloco, no Chega, em todos os outros partidos, vale tanto como um voto no PCP. Por isso, estar a arranjar tempo na sua agenda, nessa agenda preciosa, nessa agenda maravi-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

lhosas de tantas associações que o Sr. Presidente escolhe, qual dono do município, deve arranjar tempo e tem de arranjar tempo para reunir com toda a gente que representa de alguma maneira e de alguma forma os cidadãos deste município. E, portanto, é esclarecedor de que aquela expressão que tantas vezes dizem da boca para fora do poder local democrático, é poder, de facto, poder absoluto, é o local, de facto, é no município, mas não é democrático porque não há um respeito pelo poder deliberativo que é o poder mais importante porque é o único que é verdadeiramente representante do povo porque é aquele que representa todas as sensibilidades que existem neste município. E, portanto, o Sr. Presidente trabalha apenas para uns, para aqueles que gostam de si e de quem o Sr. Presidente gosta e isso tem um problema, é que não é democrático e, portanto, o Sr. Presidente não está a desempenhar bem a sua função.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal”.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Primeiro um aparte, eu acho que quando começarem as transmissões online vai haver muita gente a divertir-se com as intervenções do eleito Tomás Santos, principalmente com alguns dos gestos que ele faz quando está ali no púlpito. Essa é só a primeira e talvez para isso o PS tivesse retardado tanto o Regimento para não avançar as transmissões online. Depois, se dizer a verdade é ser queixinhas não tenho problemas nenhuns de ser queixinhas porque digo a verdade à população e essa é uma característica que a população já reconhece, é a verdade. A CDU diz a verdade à população e é coerente! Não é vota contra a revisão para introduzir verbas para transferir para as associações e depois vota a favor os protocolos para introduzir as verbas que só estão no orçamento porque os outros votaram a favor. Isso demonstra bem o que é a coerência do Partido Socialista. Depois em relação à minha agenda eu reúno com todos. Com todos. Reúno com os trabalhadores que têm dúvidas, reúno com os munícipes que têm questões a colocar, vou ao local fazer visitas com os munícipes para ver as questões concretas do bairro que eles têm para colocar. Reúno com AUGIS, reúno com associações, reúno com igrejas, reúno-me com todos. Com todos. Com todos. Porque todos me merecem igual consideração. E o que muita gente me diz é como é que eu consigo reunir com toda a gente. Como é que eu consigo estar em tantos sítios ao mesmo tempo, porque também chego à Câmara às sete e meia da manhã e saio da Câmara muitas vezes próximo da meia-noite. Porque estou dedicado de corpo e alma a esta tarefa que é o poder local democrático no Concelho do Seixal. Depois quanto a dizer que eu não sei para quem é que trabalho, eu não sei quem é o meu patrão, sei muito bem quem é o meu patrão, é a população do Concelho do Seixal. Esse é o dono, a população é a dona da Câmara Municipal e é quem manda na Câmara e quem escolhe, através do voto, os seus eleitos. E outro dia reunia com um promotor imobiliário que me dizia “Ah, Sr. Presidente, mas está a ver? Eu tenho que reportar ao acionista, eu não posso... eu tenho que reportar ao acionista, eu tenho que reportar ao acionista”, eu às tantas disse-lhe “olhe, você está é cheio de sorte, só tem um acionista, eu tenho cento e sessenta e seis mil e quinhentos acionistas a quem tenho que reportar as minhas decisões”. Que é a população. A população é que é o patrão. Não é a Assembleia Municipal, é a população do Concelho do Seixal, é essa que eu tenho de reportar e sei muito bem quem é a mi-



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

na entidade patronal. E digo isto aos trabalhadores da Câmara Municipal, que me considero tão trabalhador da Câmara como eles mas um trabalhador com menos direitos porque tenho um contrato a prazo e só os vereadores é que têm os contratos a prazo aqui na Câmara Municipal, os outros têm contratos definitivos. Mas temos um contrato a prazo e que estamos a honrar e que a população já nos conhece e que por isso quando chega a altura de escolher nas autárquicas tem escolhido sistematicamente a CDU porque sabe que não somos queixinhas, dizemos a verdade.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Tomás Santos para defesa da honra.”

Tomás Santos do PS disse: “Ai esta coisa da honra... ai... não é? Estes que não têm honra são do PS. Não é? Não têm honra, não têm virtude como o PCP. Sr. Presidente, o Sr. Presidente reúne com todos e eu, acho que na minha liberdade, sou livre de fazer os gestos que eu quiser. Agora, concluo duas coisas desse comentário, de facto ser o primeiro, que é evidente, que é primeiro que o afetei e que por isso quem quer enfia carapuça...

Pareceu-me porque senão defendia-se politicamente e não um ataque baixo à individualidade de quem estava a interpelá-lo. Mas enfim, é assim...

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sérgio Ramalhete, para defesa da honra, tem a palavra.”

Sérgio Ramalhete do PS disse: “Posso dizer que fiquei sensibilizado com a justificação do Sr. Presidente. Fiquei muito sensibilizado. Eu não estou a perguntar o que você faz diariamente, você está a fazer a sua função. Espero que a faça corretamente. Quando diz que “eu reúno com todos e assim sucessivamente...”, isso é o seu trabalho, a verdade seja dita é que não houve com nenhum destes partidos aqui assente na Assembleia para discutir o orçamento. A verdade é essa. E mais! Quando diz “eu reporto-me é à população”, não! Você reporta à população mas reporta também esta Assembleia, o nosso trabalho é fiscalizar o seu e é para isso que cá está, suponho eu. Às vezes eu fico confuso é se o Sr. Presidente é mesmo o Sr. Presidente ou um membro da Assembleia. Fiquei com muitas dúvidas sobre a forma de estar do Sr. Presidente. Acho que tem que ter um bocadinho de acuidade, a não ser que você queira ter um gestor de imagem.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação o ponto oito, terceira revisão às grandes opções do plano e orçamento em vigor para o ano 2023.” Não havendo declarações de voto, votamos em seguida o ponto vinte e dois”.

Aprovada a Deliberação nº 33/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Dezoito (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) votos contra do grupo municipal do PS

Cinco (5) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

III.22. Protocolos de Cooperação. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI). Alteração à deliberação n.º 124/2023-CMS, de 20 de abril. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 19).

Aprovada a Deliberação nº 34/XIII/2023 por unanimidade e em minuta com:

Dezoito (35) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para os pontos nove e dez, apresentação em conjunto e apreciação em conjunto, são delegações contratuais, Juntas de Freguesia, no caso para a União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires e o seguinte, o décimo, para a Junta de Freguesia de Amora. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.”

III.09. Delegação contratual de competências nas Juntas de Freguesia. Reforço dos meios financeiros do contrato interadministrativo celebrado com a União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 20).

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Portanto, os pontos está na informação que foi prestada, o ponto nove é um acordo, um contrato interadministrativo com a Junta... a União de Freguesias de Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires, para uma obra que foi executada pela União de Freguesias, uma obra que há muito estava a ser reclamada pela população e que cumprindo com o nosso programa Eleitoral foi executada, que é no Casal de Santo António o passeio existente porque de um lado da rua não havia passeio e a população reclamava a existência do mesmo, e o outro com a Junta de Freguesia da Amora tem a ver com a requalificação e a remodelação da zona do coreto e largo envolvente, incluindo o coreto da Amora, portanto, são esses dois contratos que celebrámos com as Juntas de Freguesia e a semelhança de termos vindo a fazer com todas as Juntas de Freguesia e que consequentemente trazemos aqui para aprovação.”

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Não havendo intervenções vamos passar à votação. Então votaremos em primeiro lugar o documento... o ponto três nove, o documento é regulação contratual de competência das Juntas de Freguesia, reforço dos meios financeiros do contrato interadministrativo celebrado com a União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires.”

Samuel Cruz do PS disse: “Não é para discutirmos os pontos 9 e 10 ?

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Está a solicitar que andemos um bocadinho para trás e querem intervir naturalmente antes da votação, é isso não é? Sim senhor, está atendido o pedido, faça favor de usar da palavra.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

Samuel Cruz do PS disse: “O meu pedido é para colocar uma questão ao representante da União de Freguesias que era na adjudicação desta obra qual foi o tipo de procedimento adotado. Se houve um concurso público, um ajuste direto... em concreto, como é que foi ajustado. E depois consoante a resposta queria usar a palavra de novo.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Não sei se o Sr. Eleito tem conhecimento disso, sei que foram sem dúvida as regras da contratação pública.”

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Sr. Presidente da Câmara quer usar da palavra? O Sr. Manuel Carvalho, se faz favor.”

Manuel Carvalho da CDU disse: “A questão que o Samuel aqui apresentou foi a questão que foi apresentada na pretérita Assembleia de Freguesia. Obviamente, de acordo com o código da contratação pública, esta mesma empresa apresentou de facto uma série de situações que nós exigíamos e que exigíamos a todas as empresas! A única questão que se colocava era se esta empresa tinha alvará de obras públicas, necessariamente não tinha. Têm é certificado de obras públicas. Portanto, não nos pareceu justificável, portanto, a preocupação por parte do eleito do PS na Assembleia, portanto, as questões que foram ali colocadas eram questões que tendiam para a suspeição, portanto, digamos que para algum alarmismo que não se justificava de maneira nenhuma. Portanto e foram convidados se tinham de facto dúvidas se suspeitavam do que quer que fosse que as apresentassem ali. Nada foi apresentado, portanto... e dissemos é claramente que as portas da União de Freguesia estão abertas porque esta situação já provocou em tempos passados, num passado recente que provocou alguma... enfim, alguma perturbação na União das Freguesias através de calúnias, de boatos que se levantaram na comunicação social e o PS foi de facto, portanto, responsável por tudo isto. Portanto, o esclarecimento aqui fica, a empresa, a citada empresa, a empresa em apreço, apresentou de acordo com as instruções do nosso departamento de contabilidade, apresentou todos os elementos que eram pedidos. Portanto, a única questão que se levantava ali era a situação se tinham ou não tinham, portanto, o alvará. O alvará para eles não é porque aqui o certificado de obras públicas são trinta e tal mil euros, portanto, que são no mínimo exigíveis, portanto, eles correspondiam a isso e ficou tudo em ordem.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Obrigado Sr. Presidente da União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Paio Pires. Tem a palavra o Sr. Eleito Samuel Cruz”.

Samuel Cruz do PS disse: “O Partido Socialista, naturalmente não faz intervenções com base em boatos, o Partido Socialista faz intervenções com base em factos e faz aquilo que é perfeitamente normal, compete a esta Assembleia que é fiscalizar e, portanto, faz perguntas, que foi aquilo que eu lhe fiz. E fiquei de alguma forma esclarecido mas é estranho e achamos que a boa ética republicana não se compadece com este tipo de situações e eu vou explicar porquê e acho que hoje nesta Assembleia vão perceber. A empresa que foi escolhida para fazer uma obra de oitenta mil euros, fazer uma obra pública de oitenta mil euros, não tem alvará para obras públicas. Teve um volume de negócios em 2020 de cento e dezanove mil euros. Em 2021, cento e trinta e um mil euros. Tem um único funcionário. O CAE de atividade económica é transportes rodoviários e pertence a um apoiante declarado da CDU e, portanto, isto são factos. São factos. É uma empresa que tem uma



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

adjudicação por ajuste direto e mais de metade da sua faturação anual, tem um único funcionário, o objeto social são transportes rodoviários, eu acho que é justo achar que houve aqui uma situação de benefício, porque de facto... a menos que ache que é tudo normal! É normal uma empresa de transportes rodoviários fazer obras públicas, é normal uma empresa adjudicar uma obra que tem mais de metade do seu volume de negócios anual, é normal uma obra deste montante ser feita por uma empresa que só tem um trabalhador! É tudo normal! E os outros não são de suspeição porque são malucos certamente, não é? Ou boateiros. Mas isto que eu lhe disse são factos! Está a dizer que não são factos, está-me a chamar de mentiroso? Isto são factos comprovados e há documentos públicos que o comprovam, eu não estou aqui a inventar nada! Eu não sou boateiro, está a perceber? E, portanto, isto é público e, portanto, enfim, não me parece que seja compaginável com as melhores práticas da ética republicana. E não é boato, estou a dizer olhos nos olhos.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sérgio Ramalhete, tem a palavra”.

Sérgio Ramalhete do PS disse: “Isto de facto é caricato porque o PS apresenta factos, nós somos calúnias, boatos e assim sucessivamente. Mas quando a CDU faz calúnias e boatos são verdades absolutas. Pronto, mas o presidente diz e ele diz toda a verdade mas se calhar são queixinhas ou a posição do Calimero. Não! O que foi apresentado são factos. Se calhar o procedimento que foi adotado para a contratação dessa empresa não foi o correto. Uma empresa que não tem capacidade operacional para fazer uma obra se calhar não é a mais adequada para a fazer.”

Manuel Carvalho da CDU disse: “A obra está lá feita. Foi feita por mais do que um funcionário.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções. Sobre os pontos nove e dez, a apreciação é conjunta. Armando Farias, tem a palavra.”

Armando Farias da CDU disse: “Foi aqui dito que a empresa tem certificado para fazer a obra. Das duas uma, o PS aceita isto e vota a favor, o PS vota contra porque não aceita isto e tem que provar que o homem não está certificado, o dono da obra não está certificado, o empreiteiro. É tão simples como isto.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal”.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Só para que vejam quem está a mentir, eu estou a ir às publicações obrigatórias do Ministério da Justiça e o objeto social desta empresa, entre outros, execução de obras públicas e privadas, urbanização, arruamentos, ajardinamentos, redes de água, esgotos, demolições, asfaltagem e pavimentos, projetos de construção civil e obras públicas, arquiteturas de interiores e exteriores, arquiteturas paisagísticas, portanto, isto são objetos sociais da empresa, Sr. eleito! Isto é para que todos os eleitos vejam quem mente! Quem mente! Isto são publicações obrigatórias do Ministério da Justiça. Quem quiser pode ir consultar e ver quem está a mentir quanto a isto. Tem capital social de cento e vinte e cinco mil euros. É o objeto social. O senhor como licenciado em direito devia de saber o que é o objeto social, devia de saber disso. Está bem? Portanto, isto é só para ver quem está a mentir, para que os eleitos tenham a necessária percepção de quem mente.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação. Ponto nove, delegação contratual com a União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires. Para defesa da honra tem a palavra, Samuel Cruz.”

Aprovada a Deliberação nº 35/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Vinte e Um (21) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do eleito Presidente da Junta de Fernão Ferro, do PS: 1
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Três (3) votos de abstenção dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3

Onze (11) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 11.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declaração de voto, Samuel Cruz.”

Samuel Cruz do PS disse: “Para dizer e afirmo, o CAE principal desta empresa são transportes rodoviários, o objeto social é uma coisa, o CAE, que é o código de atividade económica, aquele que é registado nas Finanças é outra e, portanto... disse! É assim, foi aquilo que eu disse e é aquilo que eu mantenho. Mas se não acham nada estranho, vamos passar a dizer mais, este ano para a União de Freguesias já faturou em janeiro, vinte mil, no mesmo dia, em janeiro, trinta e cinco mil, também para a União de Freguesias, é aquilo que costumam chamar lotes. Para o Município de Seixal, em outubro de 2022, trinta e sete mil, em setembro, trinta e sete mil, em agosto, duzentos e quatro... agora tudo para o Município do Seixal, dezasseis, duzentos e quatro, duzentos e quatro.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para a votação do ponto 10. Delegação contratual com a Junta de Freguesia de Amora.”

III.10. Delegação contratual de competências nas Juntas de Freguesia. Reforço dos meios financeiros do contrato interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia de Amora. Aprovação. (Documento anexo à ata com o número 21).

Aprovada a Deliberação nº 36/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Trinta e dois (32) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Três (3) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Passamos aos pontos seguintes, do décimo primeiro ao vigésimo primeiro, que são o conjunto de delegações de competência do município para agrupamentos de escola ou para escola não agregada. E tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.”

III.11. Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas de Vale de Milhaços. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 22).

III.12. Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas de Pinhal de Frades. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 23).

III.13. Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas Nun'Álvares. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 24).

III.14. Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas Dr. António Augusto Louro. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 25).

III.15. Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas Pedro Eanes Lobato. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 26).

III.16. Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas João de Barros. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 27).

III.17. Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas Terras de Larus. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 28).

III.18. Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas Paulo da Gama. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 29).

III.19. Delegação de competências do Município do Seixal para a Escola Secundária Alfredo do Reis Silveira. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 30).

III.20. Delegação de competências do Município do Seixal para o Agrupamento de Escolas Dr. José Afonso. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 31).

III.21. Delegação de competências do Município do Seixal para a Escola Secundária Manuel Car-galeiro. Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 32).

O Presidente da Câmara Municipal disse: “São as delegações de competências nas escolas, portanto, há transferências de competências da educação, há verbas que vêm para a Câmara ao abrigo dessa delegação de competências e que a Câmara Municipal tem delegado as competências



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

que o Governo nos deu quanto às escolas nas direções de agrupamentos ou de escolas não agrupadas. Em 2022, portanto, no início do ano letivo 22/23 houve protocolos feitos com as escolas, entretanto houve um reforço de verbas para conservação e manutenção de edifícios escolares e para a gestão de medidas de apoio à família que garantam a escola atendida e a Câmara Municipal consequentemente está a fazer estes aditamentos para transferir esse dinheiro para as escolas para os senhores diretores gerirem os orçamentos e fazerem as obras necessárias nas escolas sendo que é calamitoso o estado da esmagadora maioria das nossas escolas dos segundo e terceiro ciclo e secundárias e que demonstra bem o interesse que o Governo do Partido Socialista tem pela educação e que deixa chegar as escolas ao estado calamitoso em que elas estão. O valor não é igual para todos, tem a ver depois com os critérios definidos pelo Governo, nomeadamente pelos alunos, porque estes apoios à família é um valor fixo por aluno e, portanto, isso difere de escola para escola. Qualquer outro esclarecimento estão à vontade.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Samuel Cruz.”

Samuel Cruz do PS disse: “O que aqui nos estão a propor é a negação do princípio da descentralização, ou seja, o Governo descentralizou estas competências nos municípios pensando que os municípios iriam aceitar as competências e iriam, no respeito do princípio da subsidiaridade, que é que deve fazer quem está mais próximo e tem capacidade para o fazer, iriam executar melhor do que as escolas, que não têm dimensão e do que o Governo que está demasiado longe. O que é que se pretendia com a descentralização na área da educação? Por exemplo, nos trabalhadores a Câmara Municipal tivesse uma bolsa de trabalhadores que havendo uma falta por esta ou por aquela razão, numa escola ou noutra pudesse rapidamente acudir algo que naturalmente o Governo tão distante não pode. Que houvesse a capacidade de negociar um contrato de manutenção das fotocopiadoras, que ganhassem escala e que por isso se tornasse mais barato. Que a Câmara Municipal pudesse... as Câmaras Municipais possam, utilizando os seus próprios meios, reparar rapidamente uma fechadura, qualquer outra coisa de eletricidade, não é? Criar aqui sinergias que melhorassem o serviço público que é prestado. Se aquilo que o Governo tivesse em mente fosse esta coisa de dar às escolas, não criava esse sistema um bocadinho doido e que o Sr. Presidente da Câmara tem criticado, mas foi ele que o inventou não foi o Governo, que o dinheiro em vez de ir diretamente para a escola para a escola fazer agora sai do Governo, vem para a Câmara e depois da Câmara vai para a escola. Se o Governo pretendesse dar diretamente à escola não introduzia aqui a Câmara no meio porque não está a fazer nada, dava o dinheiro à escola e pronto, porque o que se pretendia com a descentralização nesta e nas outras matérias também era acrescentar valor, não acrescentar confusão. Naturalmente e isto é evidente. Pronto. Primeiro ponto. Portanto, o Partido Socialista não pode votar a favor naquilo que é um procedimento administrativo que desvirtua absolutamente aquela que é a ideia inicial. Primeiro ponto. Mas o Partido Socialista também não irá votar contra, o Partido Socialista irá abster-se e porquê? Porque nós sabemos, estamos próximos também da população e também temos muitas reuniões, etc., creio que as nossas são “pro bono” porque não somos pagos por isso naturalmente, que os diretores das escolas de facto querem este modelo. Mas não querem este modelo porque são masoquistas de alguma forma, é porque o modelo



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

em que a Câmara é responsável não funciona. Não funciona por várias razões. Não funciona porque a Câmara demora demasiado a responder, não percebemos se é por incapacidade, se é por essa velha máxima do PCP quanto pior melhor, pretendemos ver o descontentamento a que nos alimenta, se por coisas que também são inerentes ao funcionamento do PCP... falava com um diretor de escola “eh pá, isto agora tornou-se mais ou menos impossível, volta não volta a Câmara manda vir todos os funcionários para receber um diploma, todos os funcionários por mais esta ou aquela coisa e quem toma conta das crianças?” Isto não é um serviço que se possa simplesmente gerir desta forma e para isso... ou para demorarem muito a resolvermos os problemas preferimos ser nós a fazê-lo mas essa não é a vocação do diretor da escola. O diretor da escola é um pedagogo, tem que estar preocupado com os assuntos pedagógicos, não tem que estar preocupado se a casa de banho está avariada, se a fotocopiadora funciona... não foi certamente para isso que as gerações concorreram aos lugares que ocupam. E preferiam que a Câmara pudesse, dentro daquilo que são as competências normais, aliviá-los disso. Infelizmente não é o modelo adotado porque, de facto, a Câmara diz que foi obrigada. Não foi, Sr. Presidente, porque está equivocado. Está equivocado porque há aqui um hiato, certamente não se informou bem com o seu antecessor. O seu antecessor esteve contra a descentralização, depois ficou a favor da descentralização e... pelo menos... pode não ter ficado mas era aquilo que nos vinha aqui dizer, se calhar, enfim, podia ser capcioso na intervenção mas o que dizia aqui é que esse tempo já passou, agora estamos colaboradores e estamos aqui a trabalhar. Lembra-se disso também. E, portanto, o que está aqui em causa é o desvio claro de um modelo e mais uma vez a CDU não entrou pela porta, entra pela janela, já não podemos ser mais contra, boicotamos.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Armando Farias e eu também me inscrevi.”

Armando Farias da CDU disse: “ Vamos lá ver, o Governo o que quis foi passar responsabilidades para as Autarquias e não dar a dotação necessária, portanto, financiamento. Isto passa-se na educação, passa-se na saúde, em todas as áreas em que o Governo quis fazer a transferência de competências. Essa é que é a questão de fundo. Se me disser assim: a Câmara agora... as Autarquias, as Câmaras e as outras que têm estes processos agora têm que ter um tempo para experimentar o que é que vai correr melhor. Penso que isso faz sentido. Isto é, este modelo que está a ser implementado faz-se uma avaliação mais tarde? Mostra-se que é o correto ou tem que se fazer ajustamentos? Se puser a questão nesse sítio isso é sério, isso é rigoroso, isso é sério, agora o que vocês estão a dizer não é nada disso. O que vocês estão a dizer é outra coisa! Portanto, eu repito, o que o Governo quis foi passar responsabilidades, funções importantes, funções consideradas importantes para as Autarquias, criando problemas às Autarquias. Acrescido com o subfinanciamento e as Autarquias agora têm que ver os melhores modelos com as escolas. E agora, neste momento, o que a Câmara e o executivo viu com as escolas é que este modelo pode ser aquilo que é correto e está a ser implementado, está a ser feita uma avaliação. Pondo nestes termos penso que é sério, o resto é tudo demagogia e é vocês quererem ilibar as responsabilidades que o Governo tem sobre esta matéria. É muito claro sobre isto.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “A delegação de competências das Câmaras para os agrupamentos escolares na generalidade do país, eu posso dizer isto no quadro das funções que tenho no Conselho Diretivo da ANMP, é a melhor opção. O que está em questão é a insuficiência de verbas quer para a gestão corrente, quer para a manutenção das instalações, através da exígua verba anual no máximo de trinta mil euros por escola, de segundo, terceiro ciclo e ensino secundário, e quando a maioria destas escolas, no caso do Concelho, não tem tido as intervenções de conservação há dez, vinte ou trinta anos, de que é exemplo a pintura de edifícios que custam oitenta mil, noventa e cem mil euros. Por outro lado a gestão dos refeitórios é realizada no conjunto das escolas do agrupamento. Os diretores de agrupamentos de escolas preferem o modelo de delegação que assegura autonomia de gestão que defendemos. Os diretores de escola no quadro legal têm atribuídas funções pedagógicas e funções de gestão. E sendo diretores de agrupamento, de gestão do agrupamento, o que está ainda por resolver é que as verbas transferidas pelo governo com dotações insuficientes em várias rubricas e que a Câmara remete no quadro dos protocolos para os agrupamentos, não podem ser utilizadas pela gestão das escolas sem a autorização do Instituto de Gestão Financeira do Ministério. Trata-se de uma inadmissível ingerência na autonomia dos municípios e das escolas. Em relação aos trabalhadores, uma das matérias em que existiu progresso, o entendimento da associação é que se deve ir mais longe porque o rácio de trabalhadores das escolas dos segundo e terceiro ciclo e secundário, ainda é insuficiente, dando resposta a uma das questões que o eleito Samuel Cruz colocou. Mas os trabalhadores ganharam? Os trabalhadores ganharam, deixaram de ter trabalho precário, pago à hora, pelo que acabou o trabalho precário aqui no Seixal e quero-vos dizer que na generalidade do país. Passaram também a receber horas extraordinárias e a ter seguro. Na realidade significou, no que se refere aos direitos dos trabalhadores, um enorme progresso. Ainda um apontamento em relação à área da saúde, o acordo celebrado entre o governo e a Associação Nacional de Municípios está por cumprir no que se refere ao mapeamento dos equipamentos de saúde, no que se refere à requalificação e novas construções e à publicação das portarias com a definição dos rácios de assistentes operacionais e das viaturas afetas a cada unidade de saúde. Neste quadro que condições é que os municípios têm para poder assinar autos de transferência da saúde? Importa referir que não está escrito, em lado nenhum, a Associação Nacional de Municípios e o Sr. Presidente da Câmara têm colocado isso, que para que os municípios se candidatem a projetos de equipamentos que são necessários, tenham que assinar previamente o auto de transferências. E, portanto, quem colocar isso está de facto aqui a colocar uma questão que não corresponde à realidade. Tem a palavra, Tomás Santos.”

Tomás Santos do PS disse: “Sr. Presidente, era só para referir relativamente à questão dos dinheiros que abordou e o Sr. Presidente certamente saberá disso através da Associação de Municípios. A ideia é isso de deixar de ser assim, a ideia é já estar criado um fundo de descentralização e a ideia é fruto das votações que são calculadas, esse fundo de descentralização deverá transferir automaticamente o dinheiro para os municípios.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Vítor Cavalinhos.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

Vítor Cavalinhos do BE disse: “Rapidamente. Questões para serem esclarecidas e, nomeadamente, que eu coloco ao Partido Socialista que tenho aqui um conjunto de problemas. A primeira delas é o seguinte: a Câmara está a desvirtuar o modelo de descentralização proposto? Está? Gostava que apresentasse aqui as provas, o Samuel ou outro elemento do partido, para nós entendermos. A delegação de competências para as escolas viola alguma lei? Essa delegação de competências está a violar alguma lei? Era outra questão. Tal remodelação é eficaz? Se as pessoas das escolas preferem este modelo, a Câmara pode e deve impor-lhes e ir contra a sua vontade? Não sei o que o Partido Socialista acha desta situação. Foi dito aqui que os diretores preferem este modelo. Outra solução era a Câmara impor-lhes um modelo diferente daquele que eles querem. E a outra questão, para acabar, um diretor nem sequer tem que ser obrigatoriamente um pedagogo. Até há concursos, até há a especialização de direções, até há diretores de escolas porque há concursos para diretores de escolas em que há essa especialização... há diretores de escolas que nem sequer têm que ser pedagogos. E a questão, acabando, um diretor coordena uma equipa, um diretor de uma escola coordena uma equipa que é responsável por todas as áreas que compõem uma escola e que permitem que a mesma funcione. Como é evidente.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tomás Santos, tem a palavra.”

Tomás Santos do PS disse: “Bom, Cavalinhos, ver se eu não esqueço nenhuma pergunta. Eu acho que já não me lembro, qual é que era a primeira? Não, diga lá, diga lá.”

Vítor Cavalinhos do BE disse: “A Câmara está a desvirtuar algum modelo?”

Tomás Santos do PS disse: “Ah! Pronto. Essa aí eu acho que o eleito Samuel Cruz explicou bem mas eu vou tentar explicar de novo. Está a desvirtuar o modelo porquê? As escolas são do Ministério da Educação, ou seja, embora tenham a autonomia do ponto de vista da organização escolar, o ponto de vista pedagógico e eu já vou lá, são... ou seja, os trabalhadores, inclusive os diretores da escola, são pagos pelo Ministério de Educação. Ora, se a descentralização fosse para dar às escolas aquilo que já era delas não se fazia processo de descentralização nenhum. Logo, a Câmara ao receber um poder, uma competência e devolvê-la novamente a quem já a tinha, está no fundo a inutilizar a ideia do processo de descentralização, que era aquilo que o Samuel dizia aqui, ele quando falava do princípio da subsidiaridade, é uma ideia de que... o princípio da subsidiaridade diz que o poder deve estar mais próximo do cidadão até ao ponto ótimo dessa descentralização, dessa descida se quisermos até à proximidade. Eu já disse isto várias vezes aqui nesta Câmara mas a competência é um poder, é uma capacidade de intervir. O processo de descentralização na educação, como noutras áreas mas na educação, é uma oportunidade para o município poder ter mais capacidade de intervenção no território, nomeadamente na competência educativa do mesmo. E, portanto, uma Câmara Municipal, um município que sabe aproveitar isso vai ter cá mais famílias a viver porque vai ter cá mais famílias que vêm para cá porque têm boas escolas onde querem deixar os seus alunos. Pronto, tentei responder à primeira. A segunda era...”

Vítor Cavalinhos do BE disse: “Se é ilegal?”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

Tomás Santos do PS disse: “Não, não é ilegal. Não há nenhuma lei que esteja a ser violada por causa disto, agora o que há é uma desvirtuação de uma política pública que... e a Associação Nacional de Municípios é que está de acordo com isso, penso eu, de que é positivo e que é vista como positiva, pelo menos em tese. Depois a questão dos diretores é verdade, por essa razão é que nós nos abstivemos, agora, porque é que é assim? É porque os diretores sonham em ter essas competências? Não dormem à noite a pensar “ai quando é que é o dia em que eu tenho essas competências? Sempre quis ter desde pequenino”. Não. É porque eles iam ter um problema porque a Câmara ia-se atrasar na resolução das situações que eles precisavam de ver resolvidas e eles dizem se é para eu estar à espera três, quatro, cinco, seis, sete meses para resolver isto então faço eu e resolvo em menos tempo! A Câmara devia responder ao mesmo tempo que a escola responde. A Câmara tem mais meios, tem mais trabalhadores que a escola! Como é que... tem mais recursos, tem mais dinheiro, como é que responde pior? Responde pior porque não está, do ponto de vista organizativo da administração não está bem organizada! Não funciona bem. Não é eficiente. Não, é uma conclusão óbvia, é evidente. E, portanto, isso não nos devemos regozijar por isso. Claro que é óbvio que o diretor tem que fazer as coisas no seu dia a dia, não pode estar à espera, mas não é por uma boa razão. Sobre a última questão que já não me lembro qual é que era...” Mas... qual é que era?

Vítor Cavalinhos do BE disse: “O diretor não é um pedagogo.”

Tomás Santos do PS disse: “Com todo o respeito, Vítor, mas o Vítor percebeu mal. O que o Samuel disse não é que o diretor é um pedagogo, não, o que o Samuel disse é que o diretor tem a responsabilidade... um diretor é eleito com um projeto educativo para a escola! Pronto. E, portanto, esse projeto educativo não é só onde é que está o trabalhador, onde é que está a obra, não é só isso. É um conjunto de outras coisas, é um conjunto... e também é verdade que gere uma equipa mas um diretor não gere só a equipa, o diretor tem uma multiplicidade muito grande de trabalhos. É gerir o projeto educativo, é gerir a relação com a comunidade, é representar a escola. Pronto, portanto, tem muito trabalho que chegue, não precisa deste! Agora, há um projeto educativo, de facto, para a escola que o diretor tem que executar e essa é a função principal do diretor. É tanto sobre o ponto de vista externo à escola, como do ponto de vista interno dos pais que o elegeram, e por exemplo do conselho pedagógico, o que esperam dele é que seja capaz de fazer a escola avançar e concretizar o seu projeto educativo. E o que a Câmara deveria ser era um parceiro da competição desse projeto educativo e o que é na verdade é alguém que lava as mãos como Pilatos e isso, no nosso entender, é errado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Inscrevi-me para intervir e trata-se de uma breve referência. As atribuições da gestão das escolas são as que o Vítor Cavalinhos disse há pouco e que eu já tinha referido. A Associação de Municípios está de acordo com a delegação no âmbito do decreto-lei da educação, que consigna que o modelo de gestão financeira pode ser efetuado por delegação de competências nas câmaras municipais para os agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas. A Associação Nacional de Municípios não está de acordo com a insuficiência de verbas, no que se refere ao fundo de financiamento da descentralização, e também não está de acordo com o significativo atraso do processo de requalificação das escolas. O que é ainda inaceitável é



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

existirem no Concelho onze escolas, do segundo e terceiro ciclos e do ensino secundário com instalações e infraestruturas degradadas porque em trinta anos o Ministério da Educação não investiu na sua manutenção e conservação. Esperemos que finalmente, agora com o plano de financiamento, através do PRR, o governo assuma as suas responsabilidades.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Câmara tem a palavra.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Vamos lá pegando em cada uma das afirmações do Partido Socialista. A primeira que eu considero mais grave, porque não está cá para se defender, é o eleito Samuel Cruz vir dizer que eu estou mal informado porque o meu antecessor, referindo-se ao Presidente Joaquim Santos sem dizer o nome dele e não sei porquê, que era a favor da descentralização. É mentira. Joaquim Santos enquanto Presidente da Câmara nunca foi a favor da descentralização nem nunca aceitou a descentralização. O PS devia de saber que a transferência de competências da educação foi imposta ao Concelho do Seixal pelo Governo que disse, através de decreto-lei, que a partir de um de abril de 2022 quer queiram quer não estas competências são vossas e por isso desenrasquem-se. São vossas. E é claro, a Câmara Municipal teve que as aceitar e a partir desse momento teve que se esforçar para que as competências corressem pelo melhor possível. Agora é mentira vir-se aqui dizer que ele era a favor da descentralização de competências. Depois, segunda mentira, que os diretores de escolas se queixam que a Câmara manda vir os trabalhadores para o plenário. A Câmara não manda vir trabalhadores nenhuns para plenários, quem convoca os trabalhadores para plenários são os sindicatos e os trabalhadores são livres de irem ou não irem. Não é a Câmara que manda nos trabalhadores para eles virem para plenários. E o PS devia de saber disto mas como quer vir dizer mal da Câmara todas as mentiras servem e esta é mais uma. Como da mesma maneira que a Câmara não manda vir os trabalhadores para plenários, devo aqui dizer que o Governo também não pode vir e sem ouvir a Câmara requisitar civilmente os trabalhadores da Câmara Municipal para obrigar a trabalharem coercivamente e a Câmara Municipal opôs-se a isso porquanto eles passaram a ser trabalhadores da Câmara por vontade vossa e se passaram a ser trabalhadores da Câmara é a Câmara que é a sua entidade patronal e qualquer requisição civil tem que ser tratada pela Câmara Municipal e não pelo Ministério da Educação, portanto, esta é a segunda mentira. Depois terceira mentira do Partido Socialista. a Câmara Municipal do Seixal desvirtuou o modelo da descentralização. E porquê? Dão dois argumentos, primeiro porque com a descentralização visava-se uma maior proximidade da competência que é o exercício, portanto, do exercício da competência, uma maior proximidade. Ora, maior proximidade para exercer a competência têm os diretores das escolas que são quem estão lá no local e eles melhor do que ninguém é que têm que ver quais são as obras que são feitas e têm que decidir quanto a isso. Essa é a maior proximidade e que nós fazemos ao delegarmos as competências nos diretores das escolas, portanto, a questão da proximidade falece à nascença. E depois vêm com o segundo argumento que é o argumento da escala. Sendo a Câmara Municipal a adjudicar conseguia numa economia de escala um preço melhor. Então se fosse pela economia de escala o Governo podia, nomeadamente, a questão das fotocopiadoras de contratar os serviços para as escolas do país inteiro, conseguia uma melhor economia de escala e por isso o Governo errou ao fazer a descentralização. É tão simples



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

quanto isso. Os dois argumentos que o PS apresentou aqui falecem à nascença, um porque estamos a descentralizar para quem está mais próximo do exercício da competência que são os diretores, outro quanto à escala porque se fosse por escala a nível nacional conseguia-se uma maior economia de escala. Depois o quarto argumento utilizado pelo Partido Socialista. Para o PCP quanto pior melhor porque vive do descontentamento, o descontentamento que alimenta o PCP. A prática política aqui do Seixal demonstra que é o PS que tenta provocar os descontentamentos para se alimentar desse descontentamento, é isso que vocês pretendem. É o que vocês pretendem aqui no Seixal e a prática demonstra isso, indo até para Tribunal para tentar paralisar a Câmara com o único objetivo do quanto pior melhor porque querem provocar esse descontentamento, portanto, não somos nós que queremos esse descontentamento aqui no Seixal, nós queremos contentamento das populações, nós queremos que as populações sejam felizes e é isso que nós procuramos com toda a atividade que fazemos aqui no nosso Concelho. Se alguém quer o pior melhor não somos nós. O eleito Tomás Santos afirmou aqui que boas políticas chamam mais pessoas para o Concelho do Seixal, chamam mais pessoas para o Concelho porque as pessoas tendo boas políticas querem viver num território que seja bem administrado. O Seixal é o Concelho que mais está a crescer no país, é dos Concelhos que mais está a crescer. Isso sem dúvida só demonstra a boa gestão. O eleito Tomás Santos contradiz-se a ele próprio com as suas afirmações. Ao contrário de outros Concelhos geridos pelo Partido Socialista aqui na Península, como Almada que está a regredir em termos populacionais, como o Barreiro que está a regredir em termos populacionais, Seixal, gerido pela CDU, está a aumentar em termos populacionais, o que nas palavras do eleito Tomás Santos, alguma vez tinha que dizer alguma verdade, demonstram as boas políticas que são praticadas aqui no Concelho do Seixal porque as famílias querem aqui viver e cada vez são mais aqueles que querem viver no Concelho do Seixal. Quanto à questão dos diretores... Sr. Eleito, as verdades custam. Quanto à questão dos diretores devo dizer o seguinte, nenhum diretor, ao contrário da Câmara Municipal, a que o Governo impôs estas competências, a nenhum diretor as competências foram impostas. Assinaram os contratos porque acharam que era o melhor para as escolas. Foi após negociações que eles consideraram assinar estes contratos, não foi a Câmara Municipal que disse “olhe, a partir de um de abril as competências são vossas agora exercem-nas ou não as exercem” e não é verdade que eles tivessem que as exercer porque estivessem à espera três, quatro, cinco, seis meses que a Câmara fosse fazer e a Câmara não ia e por isso eles foram obrigados a aceitar. Sabe porque é que não é verdade? Porque os contratos de descentralização de competências foram assinados quase no simultâneo com a Câmara ter sido obrigada a assumir as competências. Quase em simultâneo nós negociámos com os diretores e passámos essas competências para eles, portanto, quando o Partido Socialista, pela voz dos seus eleitos vem aqui dizer que os professores esperaram três, quatro, cinco, seis meses e como a Câmara não foi fazer porque não funciona bem, não é eficiente, está a mentir porque foi logo a seguir que nós transferimos estas competências para as escolas. E os professores acharam por bem que eram as pessoas que melhor podiam exercer essas competências. Estas são as verdades dos factos e que estão subjacentes a estes contratos.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação. A votação é obviamente ponto por ponto.”

Aprovada a Deliberação nº 37/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Vinte e três (23) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) abstenções do grupo municipal do PS

Aprovada a Deliberação nº 38/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Vinte e três (23) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) abstenções do grupo municipal do PS

Aprovada a Deliberação nº 39/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Vinte e três (23) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) abstenções do grupo municipal do PS

Aprovada a Deliberação nº 40/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Vinte e três (23) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) abstenções do grupo municipal do PS

Aprovada a Deliberação nº 41/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Vinte e três (23) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

• Do Independente Henrique Rodrigues: 1

• Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) abstenções do grupo municipal do PS

Aprovada a Deliberação nº 42/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Vinte e três (23) votos a favor dos seguintes eleitos:

• Do grupo municipal da CDU: 16

• Do grupo municipal do PSD: 3

• Do grupo municipal do BE: 2

• Do Independente Henrique Rodrigues: 1

• Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) abstenções do grupo municipal do PS

Aprovada a Deliberação nº 43/XIII/2023 por unanimidade e em minuta com:

Vinte e três (23) votos a favor dos seguintes eleitos:

• Do grupo municipal da CDU: 16

• Do grupo municipal do PSD: 3

• Do grupo municipal do BE: 2

• Do Independente Henrique Rodrigues: 1

• Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) abstenções do grupo municipal do PS

Aprovada a Deliberação nº 44/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Vinte e três (23) votos a favor dos seguintes eleitos:

• Do grupo municipal da CDU: 16

• Do grupo municipal do PSD: 3

• Do grupo municipal do BE: 2

• Do Independente Henrique Rodrigues: 1

• Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) abstenções do grupo municipal do PS

Aprovada a Deliberação nº 45/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Vinte e três (23) votos a favor dos seguintes eleitos:

• Do grupo municipal da CDU: 16

• Do grupo municipal do PSD: 3

• Do grupo municipal do BE: 2

• Do Independente Henrique Rodrigues: 1

• Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) abstenções do grupo municipal do PS

Aprovada a Deliberação nº 46/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Vinte e três (23) votos a favor dos seguintes eleitos:

• Do grupo municipal da CDU: 16

• Do grupo municipal do PSD: 3



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) abstenções do grupo municipal do PS

Aprovada a Deliberação nº 47/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Vinte e três (23) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) abstenções do grupo municipal do PS

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto? Alguma declaração de voto? Não? Então está terminado. Já votámos no vigésimo segundo ponto e agora segue-se a leitura da minuta da ata e a sua aprovação.”

III.23. Minuta de Ata. Aprovação.

O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu à leitura da minuta da ata.

Aprovada a Deliberação nº 48/XIII/2023 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e cinco (35) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Nada mais havendo a tratar, **O Presidente da Assembleia Municipal** deu os trabalhos por encerrados, agradecendo a presença do executivo municipal e dos membros deste Órgão.

A sessão terminou cerca das 01:50 horas do dia 22 de junho.

Nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei nº 45362 de 21 de Novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Decreto-Lei nº 334/82 de 19 de Agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovado nos termos e para efeitos do disposto no art.º 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação atualizada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 06/2023

3.ª Sessão Ordinária – 21 de junho de 2023

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e Secretários em exercício:

O Presidente da Assembleia Municipal:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: